REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Relatório

Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Manica (Distrito e Município)

RLV2025
REVISÃO LOCAL VOLUNTÁRIA
MANICA

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Manica (Distrito e Município)

Entidades envolvidas: Ministério da Planificação e Desenvolvimento – Direcção Nacional de Planificação; Governo do Distrito de Manica; Conselho Municipal da Cidade de Manica-CMCM.

Coordenação: UNDESA/ECA

Manica, 2025

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS 1

PREFÁCIO 1

AGRADECIMENTOS 2

INTRODUÇÃO 3

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES 4

CAPÍTULO 2: CONTEXTO 5

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA 7

FASES E ETAPAS DA PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE RLV 7

LIMITAÇÕES OBSERVADAS 10

CAPÍTULO 4: RELATÓRIO SOBRE OS ODS 12

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 34

ANEXOS 36

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1 13
Tabela 2: Trabalho, emprego e segurança socia em Manical 15
Tabela 3: Produção agrícola (Campanha agrícola, ton.) em Manica 16
Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 2 17
Tabela 5: Efectivo pecuário em Manica 18
Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 3 20
Tabela 7: Rede sanitária em Manica 21
Tabela 8: Rede escolar em Manica 22
Tabela 9: Quadro de indicadores do ODS 4 23
Tabela 10: Quadro de indicadores do ODS 5 26
Tabela 11: Quadro de indicadores do ODS 6 28
Tabela 12: Quadro de indicadores do ODS 11 31
Tabela 13: Redes de estradas classificadas 32

LISTA DE ABREVIATURAS

APEs	**Agentes Polivalentes Elementares**
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CMCM	Conselho Municipal da Cidade de Manica
DSDG	Divisão para os ODS
ECA	Comissão Económica África
ETLs	Equipas Técnicas Locais
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
GFDs	Grupos Focais de Discussão
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NDNT	Não Deixar Ninguém para Trás
OCBs	Organizações Comunitárias de Base
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OSC	Organização da Sociedade Civil
PcDs	Pessoas com Deficiência
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PFLs	Pontos Focais Locais
PFPs	Pontos Focais Provinciais
PIB	Produto Interno Bruto
PQG	Programa Quinquenal do Governo
POA	Plano e Orçamento Autárquico
QNI	Quadro Nacional de Indicadores
RCO	Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas
RLV	Revisão Local Voluntária
RNV	Revisão Nacional Voluntária
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNDESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
WASH	Water, Sanitation and Hygiene (Água, Saneamento e Higiene)

PREFÁCIO

Este documento faz parte do projecto de Localização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) implementado pela Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), com o apoio do Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas (RCO), em parceria com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), a Província de Manica, o Distrito e o Município de Manica.

A RLV do território local Manica (Distrito e Município) marca um momento significativo na consolidação dos esforços locais para a materialização da Agenda 2030. Este relatório apresenta o estado de implementação dos ODS prioritários para o distrito – ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 – reflectindo o compromisso das instituições locais em fortalecer a governação, orientar a planificação baseada em evidências e reforçar a participação dos cidadãos. O documento compila a experiência do Distrito e Município de Manica na implementação da Agenda 2030, fornecendo uma avaliação realista dos progressos, desafios e oportunidades na implementação dos ODS, alinhada com a metodologia da UNDESA e Comissão Económica África (ECA), com a orientação dos Consultores que apoiaram o processo.

A elaboração desta RLV resulta de um processo colaborativo envolvendo instituições governamentais a nível distrital e provincial, serviços técnicos, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, sector privado, academia e diversos grupos vulneráveis. Este processo é fundamental para garantir que os ODS sejam efectivamente integrados nas políticas e acções locais e reafirma o compromisso do Distrito e Município de Manica em “não deixar ninguém para trás” e em promover um caminho de desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável.

Os dados e análises aqui apresentados constituem uma referência essencial para o diálogo político, a tomada de decisões informadas e a definição de prioridades estratégicas nos próximos ciclos de planificação local. A selecção dos ODS prioritários considerou as competências administrativas dos governos locais e as suas áreas de actuação, permitindo estruturar quadros de indicadores alinhados às metas nacionais. A definição final dos indicadores resultou da combinação entre estas responsabilidades institucionais e um conjunto de referências técnicas, incluindo estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), projecções demográficas, sistemas sectoriais de informação e políticas nacionais.

A metodologia da RLV orientou a adaptação das metas globais à realidade socioeconómica e institucional local, contribuindo para a sua integração nos instrumentos de planificação e orçamentação. O princípio da participação inclusiva norteou todo o processo, assegurando o envolvimento activo de diversos actores, tais como as entidades governamentais, sociedade civil, academia, sector privado e actores comunitários. Workshops locais funcionaram como espaços de diálogo, aprendizagem e concertação, fortalecendo capacidades de planificação, monitoria e avaliação. Estes encontros foram amplamente reconhecidos pelos participantes como um dos principais valores acrescentados do processo, ao promoverem escuta activa, alinhamento de perspectivas e coordenação entre diferentes níveis da governação.

Assim, para além de constituir um instrumento de análise, a RLV configura também um exercício prático de governação participativa e integração territorial, traduzindo um compromisso colectivo com a implementação da Agenda 2030. As suas conclusões alimentarão igualmente os mecanismos provinciais e nacionais de monitoria dos ODS, incluindo a Revisão Nacional Voluntaria (RNV) actualmente me curso.

AGRADECIMENTOS

A preparação desta RLV não teria sido possível sem a colaboração activa de múltiplas instituições e actores locais. A equipa de trabalho para a elaboração do relatório expressa o seu profundo agradecimento: ao Governo do Distrito de Manica e Conselho Municipal da Cidade de Manica; À Equipa Técnica responsável pela coordenação da RLV, pelo trabalho de sistematização e análise. À sociedade civil, organizações comunitárias e representantes de mulheres, jovens e pessoas com deficiência e idosos, pelas contribuições durante consultas locais; aos parceiros de desenvolvimento que ofereceram apoio metodológico e técnico, incluindo as orientações constantes no documento de referência da UNDESA.

Este relatório é fruto de um esforço colectivo e reflecte a visão conjunta de um território local de Manica mais inclusivo, próspero e sustentável.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada por todos os Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objectivos concebidos para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades, promover prosperidade partilhada, proteger o ambiente e reforçar a paz, a justiça e instituições eficazes. Embora global, esta Agenda só se materializa plenamente quando traduzida para as realidades dos vários territórios subnacionais, pois é ao nível local que os serviços públicos são prestados, que as desigualdades se manifestam e que as populações experienciam, no quotidiano, os avanços e desafios do desenvolvimento. Assim, a localização dos ODS constitui um elemento central para assegurar que ninguém é deixado para trás, reforçando a necessidade de integrar metas, indicadores e princípios da Agenda 2030 nos processos de planificação municipal e distrital.

Neste quadro, a Revisão Local Voluntária (RLV) emerge como um instrumento estratégico para monitorar a implementação dos ODS ao nível territorial. A RLV permite avaliar progressos, identificar lacunas na produção estatística, mapear desafios institucionais e operacionais, fortalecer a coordenação entre sectores e promover uma cultura de planificação baseada em evidências. Para além disso, oferece um mecanismo de participação inclusiva, mobilizando instituições governamentais, organizações da sociedade civil, sector privado e comunidades para uma reflexão conjunta sobre prioridades e soluções na base de informação objectiva e actualizada.

O Distrito e Município de Manica foram seleccionados para este exercício de RLV devido ao seu papel estratégico na província, à sua relevância socioeconómica, às dinâmicas demográficas em transformação e ao compromisso demonstrado na implementação dos instrumentos de planificação local, tais como o Plano Económico Social e Orçamento do Distrito (PESOD) e o Plano e Orçamento Autárquico (POA). A sua posição geográfica, a crescente pressão sobre os serviços sociais, a centralidade da agricultura familiar e as vulnerabilidades ambientais conferem ao território uma importância particular no contexto do desenvolvimento provincial e nacional. A RLV de Manica representa, assim, uma oportunidade para consolidar diagnósticos e reforçar a capacidade de monitoria e reporte ao nível local.

O presente relatório baseia-se em fontes oficiais (balanços dos instrumentos de planificação local, estatísticas do INE e relatórios/balanços sectoriais) e contributos qualitativos recolhidos em consultas, workshops, entrevistas e grupos focais com actores governamentais, lideranças comunitárias, jovens, mulheres e representantes de grupos vulneráveis. Foram priorizados os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11, por reflectirem áreas directamente ligadas ao bem-estar da população e à provisão de serviços essenciais: redução da pobreza (ODS 1), segurança alimentar e agricultura (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação inclusiva e de qualidade (ODS 4), igualdade de género (ODS 5), acesso à água e saneamento (ODS 6), e urbanização inclusiva e resiliente (ODS 11). Estes ODS espelham as competências administrativas do governo distrital e municipal e os desafios prioritários para o desenvolvimento.

O relatório está estruturado em cinco capítulos principais. O Capítulo 1 apresenta os antecedentes e enquadramento nacional e global das RLVs. O Capítulo 2 caracteriza o território de Manica, abordando aspectos geográficos, demográficos, económicos, sociais e institucionais que contextualizam a implementação dos ODS. O Capítulo 3 descreve a metodologia da RLV, incluindo processos de recolha, validação e análise de dados. O Capítulo 4 apresenta o diagnóstico detalhado dos ODS seleccionados, analisando tendências, desafios, oportunidades e indicadores disponíveis. O Capítulo 5 sintetiza as principais conclusões e formula recomendações orientadas para a aceleração local dos ODS.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece um quadro global orientado para a erradicação da pobreza, a protecção do planeta e a promoção da prosperidade e da paz. O seu carácter universal exige não apenas compromissos a nível nacional, mas também a mobilização activa dos governos subnacionais, responsáveis pela implementação directa de grande parte das políticas públicas que afectam o bem-estar das populações. A concretização das metas globais depende, assim, da capacidade de integrar os ODS nos instrumentos de planificação, orçamentação e monitoria ao nível territorial — processo conhecido como localização dos ODS.

Em Moçambique, o Governo tem vindo a consolidar este compromisso através da incorporação sistemática dos ODS no Sistema Nacional de Planificação. Documentos estratégicos como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), o Programa Quinquenal do Governo (PQG), o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) e os instrumentos de planificação locais reflectem esta harmonização. Estes enquadramentos articulam-se, por sua vez, com outras agendas internacionais, como a Agenda 2063 da União Africana, consolidando uma visão coerente de desenvolvimento sustentável para o país.

A Reforma de Descentralização recente reforça ainda mais a centralidade dos governos locais — provinciais, distritais e autárquicos — na implementação dos ODS, ao transferir competências, recursos e responsabilidades que ampliam o seu papel na prestação de serviços públicos e na gestão do desenvolvimento territorial. A Revisão Nacional Voluntária (RNV) de 2020 já havia sublinhado a necessidade de fortalecer estas capacidades e melhorar os mecanismos de monitoria ao nível local. Neste contexto, as RLVs surgem como instrumentos estratégicos para avaliar, de forma participativa e contextualizada, os progressos e desafios na implementação dos ODS ao nível dos territórios.

As RLVs permitem fortalecer a monitoria, melhorar a disponibilidade de dados, promover transparência e assegurar alinhamento entre os níveis local e nacional. Globalmente, mais de 200 governos locais de todos os continentes já realizaram exercícios deste tipo, demonstrando o seu valor como mecanismos de aprendizagem institucional e de aceleração dos ODS. Em Moçambique, o processo de ensaio metodológico das RLVs foi iniciado em 2024, numa parceria entre o MPD, a Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA/DSDG), o UN-Habitat e o PNUD. Para este projecto piloto foram seleccionados seis territórios locais, incluindo Manica, com base em representatividade regional, sinergias com iniciativas de apoio ao desenvolvimento local e manifestação formal de interesse das lideranças distritais e municipais.

As RLVs pretendem ser instrumentos estruturados de monitoria, capazes de produzir diagnósticos localizados, reforçar sistemas de dados e propor estratégias de aceleração dos ODS, constituindo assim plataformas de aprendizagem institucional. Para o presente exercício foram seleccionados sete ODS prioritários — ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 — alinhados com desafios e prioridades identificados nos instrumentos de planificação local. Estes objectivos reflectem problemáticas críticas para o desenvolvimento territorial: pobreza multidimensional, insegurança alimentar, pressão sobre serviços básicos, desigualdades de género, expansão urbana desordenada e fragilidades estruturais nos sistemas de água e saneamento.

CAPÍTULO 2: CONTEXTO

O Distrito e o Município de Manica localizam-se na província de Manica, no centro de Moçambique, constituindo uma das principais portas de entrada e saída do país devido à fronteira com o Zimbabwe através do Posto Administrativo de Machipanda – um dos corredores logísticos, ferroviários e rodoviários mais estratégicos da África Austral. O corredor Beira–Machipanda–Mutare é reconhecido como essencial para o comércio regional e para o escoamento de produtos agrícolas e mineiros, desempenhando um papel importante na competitividade económica da província e do país

O território ocupa uma área total de 2 942 km² e integra quatro postos administrativos (Manica, Machipanda, Messica e Mavonde), dezoito localidades e um município — o Município de Manica[1]. A vila-sede de Manica constitui o principal centro urbano, concentrando serviços administrativos, actividades comerciais, infraestruturas sociais e investimentos privados, enquanto os postos administrativos de Machipanda, Messica e Mavonde apresentam uma dinâmica predominantemente rural, marcada por agricultura de subsistência, comércio local e criação de gado.

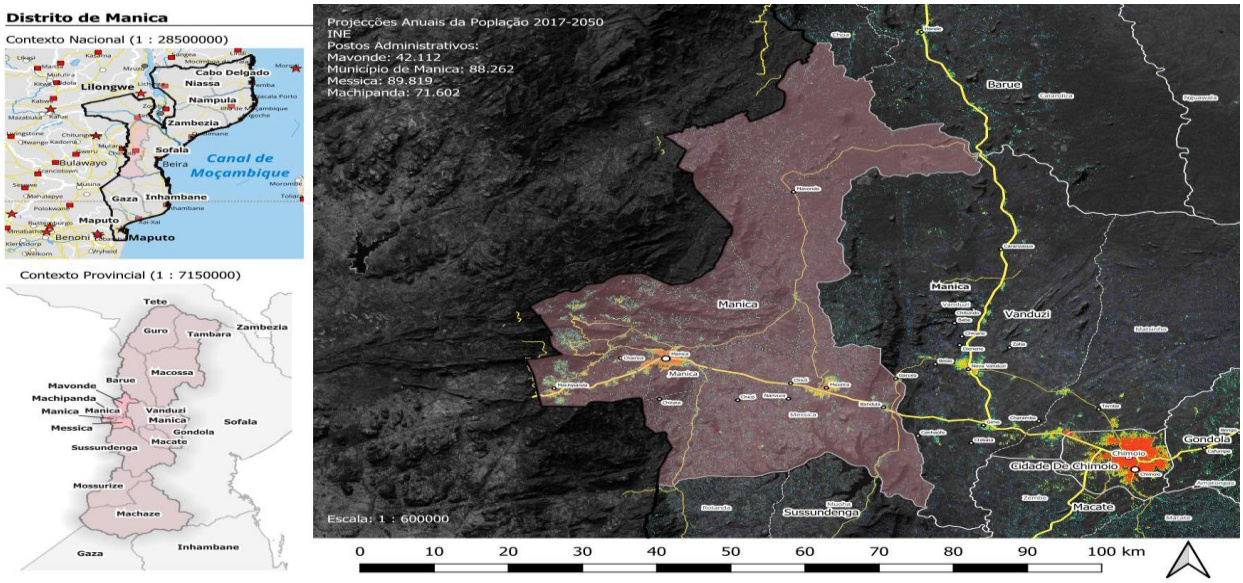
A região é caracterizada por relevo montanhoso, solos de elevada fertilidade e disponibilidade hídrica sazonal, favorecida pela presença das formações montanhosas de Vumba e Chicamba, que influenciam o clima húmido e ameno que distingue Manica do restante centro do país. Estas condições favorecem a produção agrícola diversificada, horticultura e a expansão de culturas de rendimento como macadâmia e café, actualmente em crescimento impulsionados por investimentos privados e cooperativas locais. Estas condições não só favorecem a agricultura, mas também impulsionaram a expansão da mineração artesanal de ouro, actividade que se tornou particularmente relevante para a economia e as dinâmicas sociais da região.

No que concerne a **estrutura administrativa**, o território de Manica possui quatro postos administrativos, dezoito localidades e um município. A estrutura administrativa do território envolve uma articulação complexa entre a Administração Distrital, o Conselho Autárquico do Município de Manica, chefes de postos, líderes comunitários, conselhos consultivos e organizações da sociedade civil. Essa configuração institucional exige mecanismos eficazes de coordenação, sobretudo na gestão dos serviços de educação, saúde, abastecimento de água, saneamento, agricultura e ordenamento territorial.

A **estrutura etária** de Manica é predominantemente jovem, sendo que cerca de 31% da população tem menos de 10 anos, conforme dados do INE, o que revela uma forte pressão sobre serviços essenciais como educação, saúde materno-infantil e abastecimento de água. Segundo as Projecções Populacionais 2017–2050 do INE, o Distrito de Manica tem uma população projectada de 291 795 habitantes em 2025, dos quais 144 880 são homens e 146 915 são mulheres. A densidade populacional é de 99,2 hab/km², com uma taxa de crescimento populacional de 3,1% e 45,3% da população rural.

A população distribui-se pelos quatro postos administrativos, conforme a figura que se segue:

[1] INE (2025). Folheto Estatístico Distrital de Manica 2024. Instituto Nacional de Estatística: Delegação Provincial de Manica



Fonte: INE (2025)

A **estrutura económica** de Manica é fortemente marcada pela agricultura familiar, destacando-se culturas como milho, feijão vulgar, mandioca, batata-doce, amendoim e culturas de rendimento como gergelim e macadâmia. A produção de milho registou uma queda significativa entre 2023 e 2024, passando de 45 626,1 toneladas para 22 599,3 toneladas, enquanto a produção de feijão vulgar diminuiu de 3 367,1 toneladas para 2 694 toneladas. Em contraste, a macadâmia, um dos produtos comerciais de destaque, apresentou um crescimento expressivo, aumentando de 75 toneladas para 470 toneladas em 2024. No sector pecuário observa-se igualmente uma tendência de redução dos efectivos, com quedas de 29% no gado bovino, 10% nos caprinos e 10,6% nos suínos, indicando vulnerabilidade a doenças, choques climáticos e limitações no acesso a serviços veterinários (INE, 2025).

A produção de Manica representa uma parte significativa da actividade económica local, apesar de não existir uma estimativa oficial de Produto Interno Bruto (PIB) exclusivamente para o distrito/município. Um indicador aproximado da dimensão económica pode ser obtido a partir dos dados provinciais, em que a Província de Manica registou um PIB de cerca de 110 063 milhões de Meticais a preços constantes em 2023, posicionando-se como uma das províncias com maior contribuição para a economia nacional (8,2% do total do PIB provincial em 2023), atrás de Maputo, Cidade de Maputo e Nampula e comparável a províncias como Sofala e Tete (INE, 2023).

A par disso, dados estimados a nível distrital indicam que a produção global do Distrito de Manica atingiu cerca de 950 milhões de meticais em 2023, fruto da actividade nos sectores agrícola, pecuário, florestal, pesca, produção industrial e comércio local, valor que sinaliza a importância do distrito no contexto provincial, especialmente considerando a sua posição junto ao corredor económico transfronteiriço de Machipanda-Zimbabwe (Agência de Informação de Moçambique, 2024).

Estes dados salientam que, embora o distrito de Manica desaproveite ainda integrações mais robustas na economia formal nacional, a sua contribuição para a produção provincial e nacional é relevante no contexto agrário e comercial, reflectindo uma economia em transição, com potencial de crescimento nos sectores agrícola, transfronteiriço e de serviços. A comparação com a estrutura económica nacional mostra também que o território de Manica tem espaço para diversificar as actividades económicas.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

A metodologia adoptada para a elaboração do relatório da RLV foi estruturada em conformidade com as orientações globais das Nações Unidas e os instrumentos nacionais de planificação, incorporando princípios de rigor analítico, inclusão social, participação multissectorial e alinhamento com a Agenda 2030. O processo combinou gestão do conhecimento, recolha, análise de dados e participação, de modo a produzir um diagnóstico robusto e representativo das dinâmicas locais de implementação dos ODS.

A estratégia metodológica assentou na integração de três pilares complementares. O primeiro correspondeu à coordenação técnica e gestão do conhecimento, assegurada pelos consultores contratados pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e pela UNDESA/ECA, responsáveis pelo enquadramento conceptual, harmonização de procedimentos e garantia da qualidade do processo. O segundo pilar correspondeu à recolha, organização e análise de dados, conduzida pelos Pontos Focais Locais (PFLs), Equipas Técnicas Locais (ETLs) e Pontos Focais Provinciais (PFPs), com apoio contínuo do consultor. O terceiro pilar assentou nos processos participativos locais — workshops multissetoriais, consultas temáticas e grupos focais comunitários — que permitiram integrar evidências qualitativas e assegurar que as percepções das partes interessadas fossem incorporadas no diagnóstico.

Fases e etapas da produção do relatório de RLV

A RLV foi estruturada em quatro fases interdependentes, combinando acções de gestão do conhecimento, apoio técnico, coordenação interinstitucional, recolha de evidências e processos participativos. Cada fase gerou resultados que fundamentava a seguinte, assegurando um ciclo contínuo de aprendizagem.

A fase de iniciação e planificação estratégica

A fase de iniciação e planificação estratégica marcou o arranque formal do processo de elaboração da RLV, estabelecendo os fundamentos institucionais, metodológicos e operacionais que orientaram todo o exercício de localização dos ODS. Um elemento central e inovador desta fase foi a criação de uma estrutura conjunta e unificada Distrito–Município, materializada através da articulação entre os serviços distritais e o Conselho Autárquico de Manica. Esta abordagem permitiu superar a tradicional fragmentação institucional, promovendo uma leitura integrada do território e assegurando coerência entre as competências distritais e municipais na implementação da Agenda 2030.

Com base nas competências administrativas dos governos locais e nas áreas de actuação distrital e municipal, foram seleccionados os ODS mais relevantes para o território local. A partir dessas competências, e em alinhamento com as metas nacionais do Quadro. Nacional de Indicadores (QNI) dos ODS em Moçambique, foram construídos quadros de indicadores estruturados com recurso a dados administrativos locais, estatísticas oficiais do INE, sistemas sectoriais de informação e políticas públicas em vigor. A definição dos indicadores finais resultou da triangulação entre estas referências técnicas e as prioridades identificadas pelas ETLs durante as consultas territoriais, garantindo que o diagnóstico reflectisse as especificidades socioeconómicas e institucionais do distrito.

Nesta fase foram igualmente realizadas acções de capacitação técnica, com os seguintes focos principais:

- Introdução à Agenda 2030 e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Uso de indicadores ODS e alinhamento com o Quadro Nacional de Indicadores;
- Metodologia a ser seguido no processo de localização dos ODS e produção do relatório de RLV;

- Integração dos ODS na planificação e monitoria local
- Abordagem de género, inclusão social e o princípio de "Não Deixar Ninguém para Trás" (NDNT).

Estas capacitações envolveram técnicos de diferentes sectores e níveis institucionais, reforçando capacidades locais para a recolha, análise e uso de dados, bem como para a apropriação do processo da RLV enquanto instrumento de governação local.

A fase de diagnóstico e recolha de dados

Esta fase teve como principal objectivo construir um retrato fiável, partilhado e contextualizado do estado de implementação da Agenda 2030 no território, combinando a revisão documental, capacitação técnica, workshops multissetoriais, consultas temáticas, grupos focais e organização da base de dados dos ODS.

O diagnóstico assentou, em primeiro lugar, numa revisão sistemática de fontes secundárias oficiais, com destaque para dados estatísticos e administrativos, nomeadamente:

- Instituto Nacional de Estatística (INE):
    - Folheto Estatístico Distrital de Manica (edições mais recentes);
    - Projecções demográficas e dados censitários;
    - Estatísticas sectoriais (educação, saúde, água e saneamento, agricultura);
- Fontes do Governo Local:
    - PESOD e POA e os respectivos balanços semestrais e anuais;
    - Relatórios dos Serviços Distritais (SDEJT, SDSMAS, SDAE, SDPI);
- Documentos programáticos e estratégicos:
    - Planos sectoriais distritais e municipais;
    - Relatórios de projectos e parceiros de desenvolvimento;
- Relatórios de Organizações da Sociedade Civil (OSC) com actuação nos sectores sociais, ambientais e económicos;
- Fichas técnicas dos ODS e indicadores do Quadro Nacional de Indicadores (QNI).

Esta revisão permitiu identificar lacunas de informação, inconsistências entre fontes e áreas onde os dados administrativos existentes eram insuficientes ou desactualizados. Sempre que os dados secundários se revelaram incompletos, foram utilizados mecanismos de recolha primária e validação participativa, incluindo:

- 02 workshops multissectoriais presenciais, realizados entre 09 a 13 de Outubro de 2025, a nível local para consultas temáticas sectoriais (educação, saúde, agricultura, género, água e saneamento, urbanização), envolvendo cerca de 35 participantes, entre os quais, técnicos dos serviços distritais e municipais, sociedade civil, sector privado, líderes comunitários e religiosos.
- 04 grupos focais com grupos vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, mulheres, jovens, pessoas com deficiência (PcDs) e idosos.

Estes encontros funcionaram simultaneamente como espaços de diálogo, aprendizagem e construção de consensos, reforçando o princípio de NDNT e fomentando uma visão territorial comum sobre a implementação dos ODS, através do cruzamento de dados estatísticos com evidências do terreno e percepções dos actores locais.

A metodologia interactiva combinou exposições plenárias, trabalhos de grupo e sessões de validação colectiva organizadas segundo os dois pilares estruturantes das RLV — Pessoas e Planeta.





Além disso, os workshops desempenharam um papel formativo, fortalecendo a capacidade técnica local para a monitoria, planificação e reporte dos ODS nos instrumentos (balanços do PESOD e POA) distritais e autárquicos.



O processo de diagnóstico permitiu identificar aprendizagens relevantes, destacando-se a importância da coordenação intersectorial na implementação dos ODS, a necessidade de melhorar a qualidade e a desagregação dos dados ao nível local, bem como o valor da participação comunitária na interpretação dos dados estatísticos. Evidenciou-se igualmente o papel da RLV como um instrumento estratégico de planificação, monitoria e prestação de contas, capaz de articular evidências técnicas com as realidades territoriais. Como resultado, os actores envolvidos assumiram compromissos claros, incluindo o interesse em institucionalizar a monitoria dos ODS ao nível distrital, a disponibilidade para reforçar a partilha de dados entre serviços e o reconhecimento da RLV como base para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e resilientes.

A fase de apoio técnico e redacção do relatório de RLV

A fase de redação e apoio técnico integrou sessões locais de interpretação de dados, produção e revisão de drafts, pré-validação distrital e formulação de recomendações e planos de acção. A análise empírica baseou-se em três blocos principais de fontes de dados. O primeiro integrou informações administrativas produzidas pelos sectores distritais, incluindo planos, relatórios, balanços de actividades dos diferentes sectores alvos nos sete ODS seleccionados. O segundo bloco reuniu estatísticas oficiais, como o Folheto Estatístico Distrital do INE, projecções demográficas 2017–2050 e dados sectoriais complementares. O terceiro bloco agregou fontes externas, incluindo estratégias sectoriais, relatórios internacionais, estudos académicos e dados fornecidos pelas OSCs/OCBs e ONGs locais.

Por seu turno as notas dos encontros com os Grupos Focais de Discussão (GFD) envolvendo os diferentes grupos vulneráveis permitiram captar percepções qualitativas, experiências vividas e prioridades comunitárias, enriquecendo a análise estatística com evidências sociais e territoriais. Os contributos dos GFD foram integrados como dimensão qualitativa da RLV, reforçando a legitimidade social do diagnóstico

A garantia de qualidade foi assegurada pelo alinhamento rigoroso com a metodologia adoptada, uso sistemático de verificações cruzadas, participação activa dos sectores distritais, aplicação transversal da abordagem baseada em direitos humanos e adopção do princípio NDNT. A validação social, técnica e institucional fortaleceu a credibilidade da análise e garantiu que a RLV reflectisse as realidades e prioridades do território. Este processo seguiu igualmente o princípio “Um Território, Um Processo, Um Produto”, reafirmando o compromisso com uma implementação inclusiva, participativa e territorializada da Agenda 2030 em Moçambique.

Limitações observadas

As limitações metodológicas observadas ao longo do processo de elaboração da RLV estiveram associadas à inconsistência, heterogeneidade e cobertura diferenciada das fontes de informação disponíveis ao nível distrital e municipal. Em vários sectores, os registos administrativos apresentavam lacunas, discrepâncias ou variações inesperadas, agravadas pela ausência de desagregações por género, idade e localidade e por divergências metodológicas entre dados sectoriais e estatísticas oficiais do INE. Estas limitações reflectem igualmente constrangimentos infraestruturais persistentes, como a forte dependência de registos manuais e a inexistência de sistemas interoperáveis de informação.

Por um lado, os dados estatísticos produzidos pelo INE resultam maioritariamente de inquéritos por amostragem, com escopos temporais e amostrais específicos, desenhados para garantir representatividade estatística a níveis agregados (nacional, provincial e, em alguns casos, distrital). Embora metodologicamente rigorosos, estes inquéritos apresentam limitações inerentes ao seu carácter amostral, à periodicidade de recolha e ao nível de desagregação disponível, o que condiciona a sua utilização para análises muito focadas ao nível local.

Por outro lado, os dados sectoriais de natureza administrativa são recolhidos de forma contínua pelos planificadores locais e pelos prestadores de serviços distritais e municipais, com base em protocolos, instrumentos e metodologias de monitoria e avaliação definidos pelos ministérios centrais. Estes dados reflectem a execução quotidiana das políticas públicas e dos serviços, mas enfrentam limitações significativas, nomeadamente variações na qualidade dos registos, forte dependência de sistemas manuais e ausência de interoperabilidade entre as diferentes bases de dados sectoriais. Adicionalmente,

persistem lacunas relevantes na desagregação da informação por género, idade e localidade, o que compromete a análise aprofundada e a tomada de decisão baseada em evidências.

A estes desafios somou-se a complexidade inerente ao sistema dual de governação local, marcado pela coexistência e sobreposição territorial de Governos Distritais e Conselhos Municipais, bem como pela fragmentação institucional de competências, sobretudo na área da governação urbana. Esta configuração institucional dispersa dificultou a coordenação, atrasou o fluxo de informação e limitou a harmonização de dados entre as diferentes entidades, exigindo um esforço acrescido de articulação técnica e política para garantir a coerência do relatório.

Estas diferenças exigiram um tratamento analítico cauteloso, evitando comparações directas não ajustadas e privilegiando leituras complementares da realidade territorial. Assim, para mitigar estes constrangimentos, recorreu-se à triangulação sistemática de fontes, à análise comparativa entre diferentes bases de dados, à realização de consultas adicionais para clarificação de inconsistências e à inclusão de notas metodológicas descritivas nas fichas de cada indicador dos ODS, assegurando transparência e rigor interpretativo.

Por fim, importa salientar que, estas imitações não invalidam os resultados da RLV, mas sublinham a importância de investimentos estruturais em sistemas de informação integrados, harmonização metodológica e capacitação técnica local, como condições essenciais para o fortalecimento futuro da monitoria dos ODS ao nível territorial.



Neste capítulo é apresentado o diagnóstico de cada um dos sete ODS selecionados para a RLV.

ODS 1: Erradicar a Pobreza

O ODS 1 visa "acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares", constituindo um dos desafios estruturantes da governação local no Distrito e Município de Manica. A sua implementação envolve directamente o Governo Distrital, através do Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS) e do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), bem como o Município de Manica, no âmbito da acção social urbana, da provisão de serviços básicos e da promoção da inclusão económica.

Em Moçambique, este objectivo é operacionalizado através de instrumentos estratégicos como o Plano Quinquenal do Governo (PQG), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025–2044) e a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2016–2024), sob coordenação do Instituto Nacional de Acção Social (INAS). A nível local, estas orientações são territorializadas por meio do Plano Económico e Social Distrital (PESOD) e do Plano e Orçamento Autárquico (POA), que priorizam a dinamização da economia local, o apoio à agricultura familiar e a criação de oportunidades de rendimento. Os balanços do PESOD e do POA referentes ao primeiro semestre de 2025 evidenciam intervenções orientadas para o licenciamento de actividades económicas, apoio indirecto às cadeias de valor emergentes, como a macadâmia, e investimentos pontuais em infraestruturas económicas locais.

Apesar destes esforços, os indicadores localizados do ODS 1 revelam que a pobreza em Manica permanece elevada e de natureza claramente multidimensional, reflectindo limitações estruturais na geração de rendimento, na diversificação económica, na cobertura da protecção social e no acesso equitativo a serviços básicos e activos produtivos. A agricultura familiar, principal fonte de subsistência da maioria dos agregados, enfrenta sucessivas quebras de produtividade associadas à variabilidade climática, ocorrência de pragas, escassez de insumos e limitada assistência técnica, factores que reforçam a vulnerabilidade económica rural (INE, 2025; PESOD, 2025).

No âmbito da Meta 1.3, relativa à implementação de sistemas de protecção social adequados, os indicadores evidenciam uma cobertura extremamente limitada face à dimensão da população vulnerável. Em 2024, apenas 72 crianças foram assistidas pelos mecanismos formais de protecção social no distrito num contexto em que mais de 51 mil crianças entre 0 e 4 anos dependem de sistemas de saúde, nutrição e protecção social ainda marcados por carências estruturais (INE, 2025). Paralelamente, 3 084 adultos beneficiaram do subsídio social básico, valor manifestamente insuficiente para responder à incidência da pobreza local. Estes dados evidenciam a fraca capacidade de resposta institucional e as restrições orçamentais persistentes, agravadas pela descontinuidade de alguns programas nacionais, como o Programa de Subsídio Social Básico (PSSB), actualmente não operacional no território.

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1

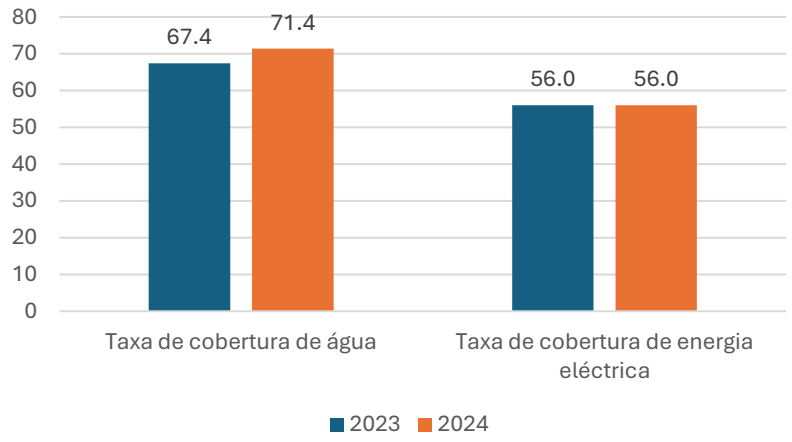
Objectivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 1.3 Implementar, ao nível nacional, medidas e sistemas de protecção social adequados, para todos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis			
1.3.1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas com a cesta básica	9	CMCM	A cobertura da cesta básica é reduzida face à dimensão da pobreza no território, com impacto limitado na mitigação da vulnerabilidade alimentar.
1.3.1_NM_3 Percentagem do orçamento destinado a proteção social	0,3%	CMCM	A afectação orçamental à protecção social é residual, reflectindo baixa priorização financeira das políticas sociais ao nível municipal.
1.3.1_NM_4 Número de crianças em situacão de pobreza recebendo pelo menos 3 serviços básicos	72	Relatorio annual do SDSMAS	O número de crianças assistidas permanece baixo, indicando limitações na identificação, cobertura e integração de serviços sociais básicos.
1.3.1_NM_5 Número de crianças vivendo nos centros de acolhimento privados reunificadas nas famílias	0	Relatorio annual do SDSMAS	O Distrito/Município não dispõe de centros de acolhimento de crianças. Quando identificados casos de risco, procede-se ao levantamento e encaminhamento para a cidade de Chimoio.
1.3.1_NM_6 Número de crianças assistidas pelos Comités Comunitários de Protecção a Criança (CCPC)	0	Relatorio annual do SDSMAS	Os CCPC encontram-se descontinuados, necessitando de revitalização institucional e garantia de pagamento de subsídios aos seus membros.
1.3.1_NM_7 Número de crianças com necessidades educativas especiais atendidas nos Centros Infantis privados e nas Escolinhas Comunitárias	3	Relatorio annual do SDSMAS	A cobertura é extremamente limitada, reflectindo lacunas na educação inclusiva e na identificação de crianças com necessidades especiais.
1.3.1_NM_8 Número de agregados familiares e indivíduos beneficiários dos Programas de Proteccao Social Basica (PSSB, PASP, PASD, PAUS e PROSAS)	3084	Relatorio annual do SDSMAS	Constitui o principal mecanismo de protecção social no território, ainda assim insuficiente face à população vulnerável existente.
1.3.1_NM_9 Número de centros de apoio ao idoso, infantários, centros de acolhimento à criança em situação difícil e centros de trânsito criados	0	Relatorio annual do SDSMAS	O Distrito/Município não dispõe de centros de apoio ou acolhimento ao idoso; casos identificados são encaminhados para o Distrito de Báruè.
Meta 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a serviços básicos, controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças			
1.4.MZ_1 Número de titulos de DUATs emitidos para singulares	554	SDPI, SDAE E CMCM	Distribuição por entidade: SDPI (357), SDAE (109) e CMCM (88).
1.4.MZ_1_NM_1 Número de DUATs emitidos e homologados	533	SDPI, SDAE E CMCM	Elevada taxa de homologação, indicando eficiência administrativa no processo de regularização fundiária.
1.4.MZ_1_NM_2 Número de Planos de Estrutura Urbana elaborados	2	Relatorio do SDPI/CMCM	Sendo 1 para cada sector
1.4.MZ_1_NM_3 Número de áreas comunitárias delimitadas e certificadas	22	Relatorio do SDPI/CMCM	Foram delimitadas 11 áreas comunitárias em cada sector administrativo.
Meta 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais			
1.5.4 % de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030	100%	Relatorio do SDPI/CMCM	O território conta com dois governos locais (Administrativo e Autárquico), ambos com planos de redução do risco de desastres.
1.5.4_ NM_1 Áreas em risco de desastres mapeados	2	Relatorio do SDPI	Correspondem às principais zonas identificadas como vulneráveis a eventos climáticos extremos.
1.5.4_ NM_2 Número de infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos construídas	1	CMCM	Infra-estrutura com impacto localizado, ainda insuficiente para a dimensão urbana do município.
1.5.4_ NM_3 Número de infraestruturas resilientes construídas (desagregação em casas, Escolas, Salas de aulas, Centros de saúde e outras)	1	CMCM	O Conselho Municipal construiu uma escola com técnicas resilientes na localidade de Madjeka Djeka.

A limitação orçamental é igualmente visível no Indicador 1.3.1_NM_3, que aponta para uma alocação marginal de recursos à protecção social. No Município de Manica, apenas 0,3% do orçamento foi destinado

à cesta básica no primeiro semestre de 2025, beneficiando apenas nove crianças. A inexistência de centros de acolhimento locais e o encaminhamento recorrente de casos sociais para distritos vizinhos, como Báruè, confirmam que a resposta social permanece reactiva, fragmentada e distante do princípio de proximidade dos serviços.

Relativamente à Meta 1.4, que incide sobre o acesso equitativo a recursos económicos e serviços básicos, os indicadores revelam fortes desigualdades territoriais. Em 2024, a cobertura de água potável no distrito foi estimada em 71,4%, com valores significativamente mais elevados na Cidade e Município de Manica, contrastando com níveis substancialmente mais baixos nos postos administrativos rurais e localidades remotas (INE, 2025). Nestes contextos, o acesso à água implica frequentemente longas distâncias de deslocação a pé, fiabilidade variável dos pontos de água e episódios recorrentes de escassez sazonal durante a época seca, afectando de forma desproporcionada mulheres e raparigas, tradicionalmente responsáveis pela recolha de água. Estes padrões reforçam desigualdades de género e territoriais.

Gráfico 1: Acesso aos serviços básicos em Manica



Fonte: Produção dos autores com base nos dados do INE (2025)

A cobertura de energia eléctrica atingiu 56%, mas apresenta igualmente assimetrias acentuadas entre a sede distrital e as zonas periféricas. A fraca qualidade da rede viária, com apenas 65 km de estradas revestidas num total de 793 km, limita o escoamento da produção agrícola, o acesso a mercados e a utilização regular de serviços sociais, reforçando ciclos locais de pobreza (INE, 2025).

No que respeita à Meta 1.5, associada à resiliência face a choques, os dados indicam elevada exposição dos agregados familiares a riscos climáticos e económicos. Em 2024, registou-se um declínio significativo do efectivo pecuário, com reduções de 29% nos bovinos, 10% nos caprinos e 10,6% nos suínos, comparativamente ao ano anterior (INE, 2025; Balanços Sectoriais do SDAE). Este declínio resulta da combinação de períodos de seca, irregularidade das chuvas, surtos de doenças animais, fraca cobertura de serviços veterinários e degradação progressiva das pastagens, comprometendo activos económicos essenciais que tradicionalmente funcionam como amortecedores de choques para os agregados rurais.

A dinâmica do mercado de trabalho evidencia igualmente limitações estruturais. Em 2024, foram registadas apenas 92 admissões formais, número insuficiente face ao crescimento da população jovem.

Tabela 2: Trabalho, emprego e segurança socia em Manical

	2023	2024
Emprego Criado		
Colocações no Inst. Nac. de Emprego e Formação Prof	10	0
Fundo de Apoio a iniciativas juvenis (FAIJ)	...	0
Fundo do Desenvolvimento Distrital (FDD)	...	0
Admissões na função pública	91	40
Total	**101**	**92**
Segurança Social		
Contribuintes Inscritos no INSS	320	596
Beneficiários Inscritos no INSS	207	313
Total	**527**	**909**

Fonte: INE (2025)

Embora o aumento de contribuintes inscritos no INSS, de 527 em 2023 para 909 em 2024, indique uma expansão modesta da formalização, a maioria da força de trabalho permanece activa no sector informal, concentrada na agricultura, pequeno comércio e mineração artesanal. A ausência de registos de acesso aos fundos FDD e FAIJ desde 2023 constitui um sinal adicional da fraca inclusão produtiva juvenil.

As vulnerabilidades sociais manifestam-se de forma diferenciada entre os grupos, com especial incidência nas mulheres, que enfrentam barreiras no acesso a recursos produtivos, sobrecarga de trabalho doméstico e responsabilidade pela recolha de água, factores que restringem a sua participação económica. Os jovens permanecem expostos ao subemprego e à migração para a mineração artesanal, frequentemente associada a riscos sociais, ambientais e de saúde, enquanto as PcDs enfrentam exclusões adicionais decorrentes da inexistência de infraestruturas adaptadas e de serviços especializados. As percepções recolhidas nos grupos focais de discussão corroboram estes achados, evidenciando preocupações persistentes com o desemprego juvenil, a degradação ambiental, a escassez de água potável, as longas distâncias até aos serviços de saúde e a limitada participação comunitária na tomada de decisão.

Apesar dos constrangimentos, registam-se esforços relevantes de mobilização de recursos públicos e parcerias externas por parte do Governo Distrital e do Município de Manica, incluindo investimentos na expansão da rede escolar e sanitária e iniciativas de responsabilidade social corporativa. Contudo, a análise da despesa pública local evidencia que os recursos destinados a serviços sociais básicos permanecem insuficientes face às necessidades do território, enquanto o apoio externo tem sido projectos de alcance territorial e temporal limitado.

Em síntese, o Distrito de Manica permanece distante do cumprimento das metas centrais do ODS 1. A pobreza apresenta-se como estrutural e cíclica, alimentada pela vulnerabilidade climática, fraca diversificação económica, informalidade laboral, insuficiência da protecção social e persistentes desigualdades de género e território. A superação deste quadro exige estratégias integradas de inclusão produtiva, expansão e estabilização dos sistemas de protecção social, reforço da resiliência climática e investimentos estruturais em serviços básicos, sustentados por uma governação local fortalecida e por mecanismos robustos de monitoria alinhados com o QNI e a Agenda 2030.

ODS 2: Erradicar a Fome

O ODS 2 visa eliminar a fome, garantir a segurança alimentar e nutricional e promover sistemas agrícolas sustentáveis. No território local de Manica, a sua implementação é liderada pelo Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), em articulação com o Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), associações de produtores, sector privado e parceiros de desenvolvimento. A nível nacional, este ODS enquadra-se no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2030), nos programas de extensão rural e nas iniciativas de segurança alimentar promovidas pelo Governo.

No contexto local, o ODS 2 assume particular relevância, uma vez que mais de 70% da população depende directamente da agricultura familiar como principal fonte de subsistência. Esta dependência ocorre num ambiente caracterizado por elevada vulnerabilidade climática, fraca mecanização, acesso limitado a insumos e serviços de extensão agrária, degradação dos solos e crescente pressão sobre a terra resultante da expansão da mineração artesanal e de pequena escala.

Tabela 3: Produção agrícola (Campanha agrícola, ton.) em Manica

Descrição	2023		2024		Var (%)	
	Área (ha)	Produção	Área (ha)	Produção	Área	Prod.
Culturas Alimentares						
Milho	45 626,10	59 314	22 599,30	27 119	-50,5	-54,3
Mapira	228,4	137	15 819,5	14 238	6 826,2	10 292,4
Mexoeira	10	6	6 780	4 746	67 697,9	78 997,6
Trigo	0	0	0	0	0,0	0,0
Total de Cereais	**45 865**	**59 457**	**45198,6**	**46 103**	**-1,5**	**-22,5**
Amendoim	82,2	22	2 244,8	2 020	2 630,9	9 000,4
Feijão vulgar	2 151,6	1 706	3 367,1	2 694	56,5	57,9
Total de Leguminosas	2 234	1 728	5 612	4 714	151,2	172,8
Batata doce	1 398	12 358	1 210	12 097	-13,5	-2,1
Mandioca	256	1 869	605	5 443	136,3	191,3
Inhame	500	0	202	1 613	-59,7	0,0
Total de tubérculos	**2 154**	**14 227**	**2 016**	**19 153**	**-6,4**	**34,6**
Outras culturas	160	17 419	270	1 350	68,8	-92,2
Culturas de Rendimento						
Gergelim	650	390	352	352	-45,8	-9,7
Macadâmia	75	224	470	376	526,3	67,5
Girassol	0	0	59	59	0,0	0,0
Soja	1 394	1 255	632	506	-54,7	-59,7

Fonte: INE (2025)

A análise dos dados de produção agrícola evidencia fortes oscilações anuais, revelando fragilidades estruturais no sistema alimentar do distrito. Entre 2023 e 2024, a produção de milho, principal alimento básico, registou uma redução superior a 50%, passando de 45 626,1 toneladas para 22 599,3 toneladas, acompanhada por uma diminuição equivalente da área cultivada, conforme a tabela abaixo. Esta quebra compromete directamente a disponibilidade alimentar e o rendimento das famílias rurais, reforçando a insegurança alimentar.

Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 2

Objectivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.			
2.1.MZ_1 Prevalência de desnutrição crónica	37%	Relatorio do SDSMAS	O nível de desnutrição crónica permanece elevado, reflectindo limitações no acesso a dietas diversificadas, condições de saneamento e serviços básicos, sobretudo em áreas rurais.
2.1.MZ_1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas pelas palestras sobre educação nutricional usando produtos locais	22878	Relatorio do SDSMAS	As acções de educação nutricional têm alcance significativo, com enfoque no uso de produtos locais, contribuindo para a melhoria de práticas alimentares ao nível comunitário.
Meta 2.3 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de geração de renda e de emprego não agrícola.			
2.3.MZ_2 Renda média de produtores de alimentos do sector familiar, por sexo.	2 t/ha	SDAE	Com a introdução de novas tecnologias agrícolas, prevê-se que o rendimento médio atinja cerca de 2 toneladas por hectare.
2.3.MZ_2_NM_1 Número de DUATs para fins de actividade agrícola entregues a camponeses ou cooperativas	500	SDAE	O distrito conta com cerca de 52.700 famílias; destas, 500 famílias terão DUATs para actividades agrícolas.
2.3.MZ_2_NM_2 Número de produtores beneficiados de sementes melhoradas	2 500	SDAE	Do total estimado de 21.129 produtores, 2.500 beneficiam directamente de sementes melhoradas através de parcerias com ONGs.
2.3.MZ_2_NM_3 Número de produtores assistidos em actividades de produção pecuária	5 300	SDAE	O número de criadores assistidos deverá aumentar devido à reposição de efectivos após perdas de animais.
2.3.MZ_2_NM_4 Número de produtores assistidos em actividades de produção agricola	17 425	SDAE	Das 52.700 famílias agrícolas do distrito, 17.425 têm acesso à assistência técnica da rede pública e privada.
2.3.MZ_2_NM_5 Kilogramas de sementes melhoradas disponibilizadas aos produtores	360 000	SDAE	Para a primeira época agrícola estima-se a necessidade de cerca de 360.000 kg de sementes de milho, visando reduzir o défice de sementes no distrito.
2.3.MZ_2_NM_6 Percentagem de Agricultores que praticam técnicas de Agricultura de Conservação	8 000	SDAE	Parte dos agricultores adopta práticas de conservação, com apoio de sementes melhoradas disponibilizadas por ONGs.
2.3.MZ_2_NM_7 Número de Agricultores com acesso aos equipamentos agricolas e suplementos	1 700	SDAE	Dos produtores assistidos, 1.700 dispõem de maquinaria agrícola para impulsionar os serviços de produção.
2.3.MZ_2_NM_8 Taxa de cobertura dos serviços de veterinária	2 120	SDAE	Dos 5.300 criadores planificados, 2.120 beneficiam efectivamente de serviços veterinários.
2.3.MZ_2_NM_9 Número de auto-empregos criados em actividades de produção agrária e pecuária	1 054	SDAE	Do total de famílias abrangidas, 1.054 geraram auto-emprego nas áreas agrícola e pecuária.
2.3.MZ_2_NM_11 Número de infra-estruturas de comercialização agricola construidas e reabilitadas	2 673	SDAE	O distrito dispõe actualmente de 1.973 infra-estruturas; até 2030 prevê-se o acréscimo de cerca de 700 novas infra-estruturas.
2.3.MZ_2_NM_12 Número de produtores agricolas e pecuarios com acesso aos servicos financeiros	5 000	SDAE	O acesso a serviços financeiros ocorre sobretudo através de ONGs e parceiros de desenvolvimento.
Meta 2.a Aumentar o investimento, inclusive por via do reforço da cooperação internacional, em infraestruturas rurais, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos			
2.a.MZ_1 Percentagem do orçamento da agricultura no orçamento global do estado	6 000 000 MT	SDAE	Do montante disponível de 4.000.000 MT, prevê-se um aumento adicional de 2.000.000 MT.
2.a.MZ_1_NP_1 Número de Extensionistas Agricolas admitidos	10	SDAE	O distrito dispõe actualmente de 42 extensionistas agrícolas, prevendo-se o reforço com mais 10 técnicos.
2.a.MZ_1_NP_2 Número de Extensionistas Pecuários admitidos	3	SDAE	O quadro actual conta com 3 extensionistas pecuários, prevendo-se a admissão de mais 3.
2.a.MZ_1_NP_3 Área irrigada infra-estruturada (ha)	180	SDAE	Actualmente sao 180 ha inrrigados nos dois regadios de Cheringanzou e Chirodzo, destes ira se aumentar mais 03 regadios de pequena escala para irrigar 90 ha
2.a.MZ_1_NP_4 Número de produtores assistidos em produção pecuária	5 300	SDAE	A assistência pecuária mantém-se prioritária face às perdas recorrentes de efectivos animais.
2.a.MZ_1_NP_5 Número de produtores assistidos em produção agrícola	17 425	SDAE	A assistência técnica cobre uma parte significativa das famílias agrícolas do distrito.
2.a.MZ_1_NP_6 Hectares de regadios construidos	180 ha	SDAE	Correspondem aos regadios actualmente existentes; novas infra-estruturas estão em fase de planificação.
2.a.MZ_1_NP_7 Hectares de regadios reabilitados	0	SDAE	Está prevista a reabilitação de 3 sistemas de regadio com capacidade total de 90 ha irrigáveis.

Conforme pode se observar na tabela acima, instabilidade da produção agrícola e a baixa diversidade da dieta comprometem a eliminação de todas formas de malnutrição, sobretudo entre crianças menores de cinco anos e mulheres em idade reprodutiva. A dependência de cereais básicos, associada à redução da produção e ao acesso limitado a serviços de nutrição e educação alimentar, contribui para a manutenção de situações de malnutrição crónica e aguda, em especial nas zonas rurais mais isoladas.

Os indicadores de produção agrícola e pecuária mostram ainda que a Meta 2.3 permanece distante de ser alcançada. Embora algumas culturas de rendimento, como a macadâmia, tenham registado crescimento, impulsionado sobretudo por investimento privado, estes ganhos beneficiam um número reduzido de produtores com maior capacidade de investimento. Em contraste, culturas mais produzidas por pequenos agricultores, como soja e gergelim, registaram quedas significativas de produção e área cultivada.

A análise do efectivo pecuário reforça este quadro de vulnerabilidade. Entre 2023 e 2024, observaram-se reduções expressivas nos efectivos de bovinos (-29,1%), caprinos (-10%) e ovinos (-30,8%), comprometendo uma importante fonte de proteína, rendimento e reserva de valor para as famílias rurais (INE, 2025). Produtores reportam perdas associadas a doenças animais, diminuição das pastagens, roubo de gado e acesso limitado a serviços veterinários.

Tabela 5: Efectivo pecuário em Manica

	2023	2024	Var (%)
Gado Bovino	30 532	21 658	-29,1
Gado Caprino	33 393	30 043	-10,0
Gado Ouvino	1 851	1 280	-30,8
Suíno	6 489	5 804	-10,6
Aves	250 000	247 136	-1,1

Fonte: INE (2025)

Estes dados indicam que a produtividade agrícola e pecuária dos pequenos produtores permanece condicionada por limitações no acesso a insumos, crédito, mecanização, serviços veterinários e extensão agrária, contrariando os objectivos da Meta 2.3. Outro elemento crítico a produção nesta área geográfica tem que ver com a expansão da mineração artesanal e de pequena escala, que tem provocado perda de terras agrícolas, contaminação de solos e recursos hídricos, conflitos de uso da terra e deslocamento de mão-de-obra da agricultura para os garimpos, especialmente em zonas como Mavonde, Machipanda e áreas próximas ao Monte Chimoio.

A inexistência de programas estruturados de irrigação de pequena escala, práticas agroecológicas e gestão sustentável dos solos limita a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, num contexto de secas recorrentes, chuvas irregulares e aumento de pragas e doenças. A capacidade institucional de resposta permanece reduzida, devido à insuficiência de recursos para monitoria agroclimática e à inexistência de sistemas locais integrados de alerta precoce. As limitações infraestruturais também agravam estes constrangimentos, tendo em conta que o território local de Manica dispõe de apenas 65 km de estradas revestidas num total superior a 790 km, dificultando o escoamento da produção, sobretudo durante a época chuvosa, aumentando os custos de transporte e as perdas pós-colheita.

Portanto, embora o quadro nacional de políticas inclua instrumentos relevantes, como o PEDSA 2030 e diferentes programas de desenvolvimento agrário apoiados por parceiros internacionais, a sua materialização ao nível distrital permanece parcial. Os balanços do PESOD e do POA evidenciam limitações na cobertura dos serviços de extensão, acesso reduzido a sementes melhoradas e fertilizantes, inexistência de programas consistentes de irrigação e mecanismos de financiamento agrícola. Por seu turno, a baixa adesão a associações de produtores formalizada – que resulta de uma combinação de factores estruturais, incluindo fraca confiança em experiências associativas anteriores, limitada percepção de benefícios

concretos e insuficiente apoio técnico continuado – limita o acesso a mercados estruturados, capacitação e programas de desenvolvimento, reforçando a vulnerabilidade económica dos pequenos agricultores.

Em geral, os dados disponíveis demonstram que o sistema alimentar de Manica permanece altamente vulnerável a choques climáticos, ambientais e económicos. As quebras acentuadas nas culturas alimentares básicas, o declínio da pecuária, a pressão crescente da mineração artesanal, as deficiências infraestruturais e as desigualdades de género, juventude e território comprometem a segurança alimentar e nutricional. Embora existam oportunidades emergentes associadas a culturas de rendimento, estas beneficiam sobretudo produtores com maior capacidade de investimento. O alcance do ODS 2 no distrito depende, assim, de transformações estruturantes nos sistemas produtivos, do reforço da extensão agrária, da melhoria das infraestruturas, da gestão equilibrada do uso da terra entre agricultura e mineração e da adopção de práticas agrícolas resilientes às mudanças climáticas, com foco nos pequenos produtores.

ODS 3: Saúde de Qualidade

O ODS 3 visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, abrangendo a redução da mortalidade materna e infantil, o combate às doenças transmissíveis e não transmissíveis, o acesso universal a serviços essenciais de saúde e o reforço dos sistemas de saúde. No território local de Manica, a sua implementação é da responsabilidade directa do Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS), em coordenação com as unidades sanitárias, Agentes Polivalentes Elementares (APEs), organizações comunitárias e parceiros de cooperação. A nível político e programático, o ODS 3 é operacionalizado através dos Planos Estratégicos do Sector da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde. No plano local, estas prioridades são incorporadas nos instrumentos de planificação distrital, com destaque para a expansão da rede sanitária, a melhoria das infraestruturas, o reforço da saúde materno-infantil e a ampliação do acesso aos cuidados primários.

Com uma população projectada de 291 795 habitantes em 2025, maioritariamente jovem e dispersa por áreas de difícil acesso, Manica enfrenta desafios significativos na cobertura e qualidade dos serviços de saúde, sobretudo nos postos administrativos rurais como Mavonde, Bandula, Nhaucaca e Maridza (INE, 2025). Estes desafios são agravados pelo peso expressivo das crianças menores de cinco anos (51 483), pela elevada fecundidade e pela prevalência persistente de doenças transmissíveis, como a malária e o HIV/SIDA, bem como da malnutrição infantil.

Os indicadores disponíveis apontam para progressos relevantes na saúde materna. A taxa de partos institucionais mantém-se elevada (92%), reflectindo a expansão da rede sanitária, a presença de parteiras qualificadas e os esforços de mobilização comunitária (INE, 2025). Contudo, a cobertura de consultas pré-natais e pós-parto apresenta oscilações, indicando fragilidades no acompanhamento contínuo das gestantes, particularmente nas zonas rurais mais distantes, onde as barreiras geográficas e os custos de transporte permanecem determinantes.

Relativamente à Meta 3.3, Manica enfrenta um peso elevado de doenças transmissíveis, conforme o quadro de indicadores que se segue.

Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 3

Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis			
3.3.1 Número de novas infecções de HIV por 1000 habitantes não-infectados, por sexo, idade e população-chave	9	Relatorio do SDSMS	O número de novas infecções indica transmissão activa, exigindo reforço das estratégias de prevenção combinada e testagem comunitária.
3.3.1_NM_2 Número de Crianças em tratamento antiretroviral (TARV)	515	Relatorio do SDSMS	O acesso ao TARV está assegurado para os casos identificados, embora persistam desafios de diagnóstico precoce.
3.3.1_NM_3 Número de Adultos em tratamento antiretroviral (TARV)	13948	Relatorio do SDSMS	O acesso ao TARV está assegurado para os casos identificados, embora persistam desafios de diagnóstico precoce.
3.3.1_NM_4 Número de Profissionais de Saúde (PS) capacitados e formados em matérias de prevenção do HIV	0		Não foram reportadas acções específicas de capacitação no período em análise, evidenciando uma lacuna na componente preventiva.
3.3.1_NM_5 Número de pacientes diagnosticados com Tuberculose	796	Relatorio do SDSMS	A incidência de TB mantém-se elevada, associada a determinantes sociais e à coinfecção com HIV.
3.3.1_NM_6 Número de Pacientes coinfectados com TB/HIV em TARV	784	Relatorio do SDSMS	A elevada taxa de coinfecção reforça a necessidade de integração efectiva dos serviços TB/HIV.
3.3.3 Incidência de malária por 1.000 habitantes	76	Relatorio do SDSMS	A malária permanece uma das principais causas de morbilidade no distrito.
3.3.3_NM_1 Número de famílias beneficiadas com redes mosqueteiras	70932	Relatorio do SDSMS	A ampla distribuição de redes contribui para a prevenção, sobretudo em zonas rurais.
3.3.3_NM_2 Número de mulheres gravidas que recebem pelo menos uma rede mosquiteira nas consultas pre-natais	16478	Relatorio do SDSMS	Integração efectiva da prevenção da malária nos serviços de saúde materna.
3.3.3_NM_3 Número de pacientes diagnosticados com malária	21507	Relatorio do SDSMS	Apesar da prevenção, o número de casos diagnosticados continua elevado, indicando transmissão persistente.
3.3.3_NM_4 Número de óbitos por malária	0	Relatorio do SDSMS	A ausência de óbitos registados sugere melhoria no diagnóstico e tratamento atempado.
Meta 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a protecção do risco financeiro, o accesso a serviços essenciais de saúde de qualidade e o accesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos			
3.8.1 Cobertura de serviços essenciais de saúde (definida como a cobertura média de serviços essenciais baseados em intervenções de rastreamento que incluem saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis e capacidade de e acesso a serviços, entre a população geral e mais desfavorecida)	100%	Relatorio do SDSMS	A cobertura reflecte a disponibilidade formal dos serviços, embora persistam desigualdades territoriais no acesso efectivo.
3.8.1_NP_1 Número de crianças menores de 5 anos completamente vacinadas	10947		O desempenho da vacinação infantil é positivo, contribuindo para a redução da mortalidade infantil.
3.8.1_NP_2 Número de mulheres de 25 a 54 anos rastreadas em cancro do colo uterino	5934	Relatorio do SDSMS	O rastreio está em expansão, mas ainda abaixo do universo potencial da população-alvo.
3.8.1_NP_3 Número de partos institucionais assistidos	11770	Relatorio do SDSMS	A elevada proporção de partos institucionais indica melhoria no acesso à saúde materna.
3.8.1_NP_4 Número de crianças HIV+ que recebem TARV	515	Relatorio do SDSMS	Alinhado com os dados da Meta 3.3, evidenciando continuidade no tratamento.
3.8.1_NP_5 Número de adultos HIV+ que recebem TARV	13948	Relatorio do SDSMS	Confirma a consolidação do acesso ao tratamento antirretroviral no distrito.
Meta 3.c Aumentar substancialmente o financiamento em saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos			
3.c.1 Densidade e distribuição dos profissionais da saúde: a) Médicos; b) Enfermeira de SMI; c) Enfermeiros; d) Dentistas e; e) Técnicos Farmacêuticos	a) Médicos: 9 b)Enfermeiras de SMI:128 C) Enfermeiros: 87 d) Dentistas:3 e)Técnicos Farmacêuticos: 62	Relatorio do SDSMS	O número de médicos é particularmente reduzido face à dimensão populacional do distrito.
3.c.1_NP_1 Rácio Profissionais de Saúde/habitante	58 359 hab./Médicos; 2 702 Hab/Enfermeiros; 697 hab./Técnicos de Saúde	Folheto Distrital do INE, 2025	O rácio evidencia pressão significativa sobre os recursos humanos em saúde, afectando a qualidade e continuidade dos serviços.

Cerca de 13 948 pessoas vivem com HIV e recebem tratamento antirretroviral, incluindo 515 crianças dos 0 aos 14 anos, o que evidencia um esforço significativo de cobertura terapêutica, mas também a magnitude do desafio sanitário no território. A malária continua a ser uma das principais causas de procura dos serviços de saúde, agravada por factores climáticos e condições ambientais favoráveis à proliferação do vector, embora sem registo de casos de óbitos.

Os indicadores associados à Meta 3.c, que incide sobre o reforço do pessoal de saúde, revelam uma das fragilidades mais críticas do distrito. O território local de Manica dispõe de apenas cinco médicos, correspondendo a um rácio de cerca de 1 médico por 58 359 habitantes, muito abaixo dos padrões internacionais recomendados. Embora o número de técnicos médios de saúde tenha aumentado de 362 para 419 entre 2023 e 2024, persistem a escassez de técnicos básicos, a elevada rotatividade e as

dificuldades de fixação de quadros em zonas remotas. O rácio de 2 702 habitantes por enfermeiro confirma a pressão constante sobre o pessoal existente, com implicações na qualidade do atendimento, nos tempos de espera e na continuidade dos cuidados (INE, 2025).

Tabela 7: Rede sanitária em Manica

	2023	2024
Unidades Sanitárias		
Hospitais Distritais rurais e gerais	1	1
Centros de Saúde	19	20
Camas		
Maternidade	79	81
Outras	53	57
Pessoal por categorias		
Médicos	5	5
Técnicos Médios	362	419
Técnicos Básicos	8	8
Relação Hab/Médicos	54 816	58 359
Relação Hab/Enfermeiros	3 384	2 702
Relação Hab/Técnicos de Saúde/100 000hab	757	697
Saúde materno infantil (Taxas de cobertura) (%)		
Consultas Pré-Natais	163	117
Partos Institucionais	92	92
Consultas Pós-parto	93	102
Planeamento Familiar	35	33

Fonte: INE (2025)

Em termos de infraestruturas, o distrito conta com um Hospital Distrital e 20 Centros de Saúde, além de 81 camas de maternidade e 57 camas de internamento geral (INE, 2025). Apesar de se registar uma expansão gradual da rede, incluindo a recente construção da Unidade Sanitária de Deteza (Nhaucaca), a capacidade instalada permanece insuficiente face ao crescimento populacional e às necessidades sazonais, mantendo desigualdades territoriais no acesso aos cuidados primários. A precariedade das vias de acesso compromete o transporte de doentes e a mobilidade das equipas de saúde comunitária.

As consultas comunitárias realizadas no âmbito da RLV indicam que a população reconhece progressos, particularmente na construção de novas unidades sanitárias e na presença de APEs, mas continua a reportar falta de medicamentos, longas filas de espera, mau atendimento e distâncias significativas até aos serviços. Grupos vulneráveis, como PcDs, adolescentes e jovens, enfrentam barreiras adicionais, incluindo acessibilidade física limitada, estigma social e escassez de serviços especializados.

De modo geral, o desempenho do ODS 3 em Manica revela progressos relevantes, como a elevada taxa de partos institucionais, a expansão da rede sanitária, o aumento de técnicos médios e a cobertura quase universal dos serviços básicos. Contudo, persistem desafios estruturantes, nomeadamente a escassez de médicos, limitações infraestruturais, rupturas de insumos, acessos precários, fragilidades nos indicadores materno-infantis, elevado peso das doenças transmissíveis e constrangimentos logísticos e orçamentais. O alcance das metas do ODS 3 exigirá investimentos consistentes em recursos humanos, logística de medicamentos, infraestruturas, transporte sanitário, sistemas de informação em saúde e programas de saúde sexual e reprodutiva, com especial enfoque nas zonas de difícil acesso e grupos mais vulneráveis.

ODS 4: Educação de Qualidade

O ODS 4 visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. No Distrito e Município de Manica, este objectivo assume particular relevância devido ao peso demográfico de crianças e jovens e ao papel estruturante da educação na redução da pobreza, na mobilidade social e no desenvolvimento humano. A sua implementação é assegurada pelo Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), em articulação com o Conselho Municipal, comunidades escolares, Conselhos das Escolas, que incluem os pais e encarregados de educação, e parceiros de desenvolvimento.

No quadro político nacional, o ODS 4 é orientado pelo Plano Estratégico da Educação 2020–2029, que prioriza o acesso universal ao ensino primário, a melhoria da qualidade do ensino e a expansão gradual do ensino secundário. Estas orientações são territorializadas em Manica através do PESOD e do POA, que enfatizam a construção e reabilitação de salas de aula, o fornecimento de carteiras escolares, a expansão do ensino bilingue e os programas de alfabetização de jovens e adultos (PESOD, 2025; POA, 2025).

Dados do INE (2025) indicam que, entre 2023 e 2024, a rede escolar pública em Manica registou expansão moderada, passando de 98 para 104 escolas primárias e mantendo seis escolas secundárias, reflectindo esforços contínuos de alargamento do acesso. O número de alunos matriculados no ensino primário ultrapassou 58 mil, enquanto o ensino secundário registou crescimento, ainda que limitado, devido à reduzida oferta de escolas neste nível.

Tabela 8: Rede escolar em Manica

Descrição	Ensino					
	Primário		Secundário		Técnico	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Ensino Público						
Escolas	98	104	6	6	...	...
Alunos Matriculados						
1º Grau/Ciclo	58 633	32 086	20 283	22 390	...	...
2º Grau/Ciclo	-	25 768	4 624	5 220	...	...
Professores Existentes						
1º Grau/Ciclo	1 074	1 112	309	419	...	...
2º Grau/Ciclo	-	-	149	140	...	...
Relação Média Aluno/Professor						
1º Grau/Ciclo	55	45	63	62	...	...
2º Grau/Ciclo	0	0	60	59	...	...
Ensino Privado						
Escolas	5	4	2	1	...	...
Alunos matriculados	1 167		1 811	-	...	...

Fonte: INE (2025)

A cobertura de carteiras escolares ultrapassou 99%, reduzindo significativamente a precariedade do mobiliário. No entanto, a forte pressão demográfica e o aumento das matrículas não foram acompanhados por igual expansão de salas de aula e docentes, resultando em rácio aluno/turma superior a 60 em várias escolas, sobretudo no ensino secundário e em zonas periurbanas e rurais (INE, 2025).

Olhando para os indicadores deste ODS, nota-se igualmente progressos significativos no acesso ao ensino.

Tabela 9: Quadro de indicadores do ODS 4

Objectivo 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao género, e que propiciem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos			
4.a.1 Percentagem de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias para cada sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições do indicador (WASH).	Electricidade: 30,4% Internet: 4,5% Computadores: 10,7% Escolas adaptadas para NEF: 29,5% Água potável: 90,2% Instalações sanitárias: 101,8% Lavagem das mãos (WASH): 9,8%	SDEJT-Manica	Do total de 112 escolas do distrito: 34 têm electricidade; 5 têm acesso à internet para fins pedagógicos; 12 dispõem de computadores; 33 estão adaptadas para alunos com NEF; 101 têm acesso à água potável; 114 possuem instalações sanitárias; e apenas 11 dispõem de instalações básicas para lavagem das mãos. O indicador evidencia fortes assimetrias na disponibilidade de infra-estruturas essenciais.
4.a.1_NM_2 Percentagem de escolas equipadas com computadores e acesso a internet	4.5%	SDEJT-Manica	Corresponde a 5 escolas (4,5%) de um total de 112 escolas do distrito. A cobertura é extremamente limitada, restringindo o uso de TIC no processo de ensino aprendizagem.
4.a.1_NM_3 Percentagem de escolas com acesso a electricidade	26.6%	SDEJT-Manica	Representa 30 escolas, equivalentes a 26,6% das 112 existentes. A falta de energia condiciona o funcionamento regular das escolas e a introdução de recursos pedagógicos modernos.
4.a.1_NM_4 Percentagem de escolas com acesso a fonte de água potável	86.6%	SDEJT Manica	Correspondem a 98 escolas (86,6%) com acesso à água potável. Apesar da cobertura relativamente elevada, persistem unidades sem acesso regular.
4.a.1_NM_5 Número de alunos beneficiados com material escolar em programas de ensino aprendisagem	40180	SDEJT-Manica	Abrange 40 181 alunos da 1ª à 6ª classe. Embora contribua para a permanência escolar, não há evidências de cobertura integral das necessidades pedagógicas.
4.a.1_NM_6 Número de escolas adptadas a crianças com necessidade educativa especiais (NEF).	30	SDEJT-Manica	Apenas 26,8% das escolas estão adaptadas para educação inclusiva, nomeadamente : Escolas IV Congresso, Vumba, 7 de Abril, Manhate, Manica, Eduardo Mondlane, OMM, Vista alegre, Chitehwe, Machipanda, Joao Paulo II, Chazuca, Nhangombe, Chinhadombwe, Nhancuarara, FS Chitunga, Mavonde, Nyandiro, Macore, Mabota, Nhaconza, chinhagore, socera, Messica-Sede, ES Messica, Mucombezi-c, Garuzo, Bandula e Mutiunango. Indicando limitações estruturais e pedagógicas significativas.
4.a.1_NP_1 Número total de alunos inscritos no EP, incluindo crianças com NEE	320	SDEJT-Manica	A maioria das escolas primárias não dispõe de infra-estruturas adequadas nem de professores capacitados para o ensino inclusivo.
4.a.1_NP_2 Número total de alunos inscritos no ES1, incluindo alunos com NEF	42	SDEJT-Manica	Maior parte das escolas secundárias nao estão adaptadas para ter o ensino inclusivo e também da existência de professores não capacitados para o efeito
4.a.MZ_1 Rácio alunos por sala de aula no Ensino Primário	83	SDEJT Manica	Existem 606 salas convencionais e 116 precárias (722 no total) para cerca de 60.400 alunos. A sobrelotação obriga muitas escolas a funcionar em três turnos.
4.a.MZ_1_NP_1 Rácio alunos por sala de aula no Ensino Primário	85	SDEJT-Manica	O rácio permanece elevado (85 alunos por sala), acima do padrão desejável. Para inverter a situação, o sector necessita de construção de mais salas de aula.
Meta 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes			
4.1.MZ_1 Percentagem de alunos que desenvolvem as competencias requeridas para o 1o Ciclo do Ensino Primário (incluindo leitura, escrita e cálculo)	Leitura: 4.5% Escrita: 11.3% Cálculo: 12.3%	SDEJT Manica	As percentagens correspondem a 1 417 (leitura), 3 664 (escrita) e 3 981 (cálculo). Os níveis de aprendizagem são baixos, exigindo reforço da supervisão pedagógica, assistência mútua entre professores e provisão de material didáctico.
4.1.MZ_1_NP_1 Percentagem de alunos da 3ª Classe e do 1º Ciclo do Ensino Primário, que atingem as competências básicas de a) leitura e b) cálculo	Leitura: 5.8% Cálculo: 12.3%	SDEJT-Manica	Representam 538 (leitura) e 1 129 (cálculo). O fraco desempenho compromete a progressão escolar e aumenta o risco de abandono.
4.1.MZ_4 Taxa bruta de conclusão no a) Ensino primário, b) Primeiro ciclo do ensino secundário; e c) Segundo ciclo do ensino secundario	EP: 98.4% ES1: 55.1% ES2: 43.2%	SDEJT Manica	Embora o EP apresente elevada conclusão, observa-se uma quebra acentuada no ensino secundário, associada à insuficiência de salas e professores.
4.1.MZ_4_NP_1 Taxa bruta de conclusão do Ensino Secundário do 1º Ciclo e 2º Ciclo	55.1%	SDEJT-Manica	Muitos alunos não concluem a 10ª classe, permanecendo fora do sistema educativo.
4.1.MZ_4_NP_2 Taxa de conclusão no Ensino Primário	98.4%	SDEJT-Manica	Indicador demonstra bom desempenho na conclusão do ensino primário.
4.1.MZ_4_NP_3 Número de Graduados do Ensino Secundário do 1º Ciclo	3952	SDEJT Manica	Reflecte a pressão crescente sobre o ensino secundário e a necessidade de expansão da oferta.
4.1.MZ_5 Taxa liquida de escolarização na 1ª classe	76,50%	SDEJT-Manica	Persistem atrasos no ingresso escolar, sobretudo entre crianças de 6 anos.
4.1.MZ_5_NP_1 Taxa liquida de escolarização na 1ª Classe (ODS)	76,50%	SDEJT-Manica	Situação associada à entrada tardia no PEA e a factores socioeconómicos.
Meta 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas mulheres e homens ao ensino técnico, profissional e terciário acessível e de qualidade, inclusive a universidade			
4.3.MZ_2 Taxa bruta de escolarização no Ensino Técnico Profissional	—		Dados não disponíveis ao nível distrital, por se tratar de instituições sob tutela provincial.
4.3.MZ_2_NP_1 Número de efectivos escolares no Ensino Técnico-Profissional	—		Limitações institucionais impedem o acesso aos dados.
4.3.MZ_3 Número de estudantes do ensino superior por mil habitantes	—		Informação não acessível ao SDEJT.
4.3.MZ_3_NP_1 Número de estudantes matriculados no Ensino Superior	—		Ausência de integração de dados entre níveis de governação.
Meta 4.c Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos			
4.c.1 Percentagem de professores no: a) pre-escolar; b) ensino primário; c) primeiro ciclo do ensino secundário; e d) segundo ciclo do ensino secundário, que tenham recebido, pelo menos, a formação mínima de professores (por exemplo, formação pedagógica) antes do serviço ou em serviço, necessária para o ensino no nível relevante no país	EP: 64.9% ES1: 25.9% ES2: 9.1%	SDEJT Manica	Corresponde a 1 125 no EP, 449 no ES1 e 157 no ES2, totalizando 1 731 professores. A insuficiência de docentes qualificados resulta em sobrecarga e múltiplos turnos.
4.c.1_NP_1 Número de professores contratados para o subsistema de Educação Geral	22	SDEJT-Manica	Inclui 6 DN1, 10 DN2 e 6 DN3. O número é insuficiente face às necessidades do sector.

No âmbito da Meta 4.1, Manica apresenta taxas elevadas de escolarização no ensino primário, sinalizando progressos relevantes no acesso. Contudo, os indicadores de qualidade revelam fragilidades persistentes.

O rácio médio aluno/professor, embora tenha melhorado no ensino primário (de 55 para 45), mantém-se elevado no ensino secundário (acima de 60), comprometendo o tempo efectivo de aprendizagem e a atenção pedagógica individualizada (INE, 2025). Apenas 30,4% das escolas dispõem de electricidade, o que limita o funcionamento regular das unidades de ensino e inviabiliza a introdução sistemática de recursos pedagógicos modernos. A situação é ainda mais crítica no acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC): apenas 4,5% das escolas têm acesso à internet para fins pedagógicos e 10,7% dispõem de computadores, restringindo severamente a literacia digital e a inovação no processo de ensino-aprendizagem.

Em contraste, a cobertura de água potável atinge 90,2% das escolas e as instalações sanitárias ultrapassam 100%, indicando progressos significativos neste domínio. No entanto, apenas 9,8% das escolas possuem instalações básicas para lavagem das mãos (WASH), evidenciando um défice crítico em matéria de higiene escolar, com implicações directas na saúde, segurança e permanência dos alunos, sobretudo em contextos de risco sanitário.

No que respeita à educação inclusiva, apenas 29,5% das escolas estão adaptadas para alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), o que confirma limitações estruturais e pedagógicas significativas. A reduzida capacidade de acolhimento reflecte-se também no número de alunos com NEE matriculados, tanto no ensino primário (320) como no ensino secundário do 1.º ciclo (42), em escolas maioritariamente não adaptadas e com professores sem formação específica.

A sobrelotação das salas de aula constitui um dos constrangimentos mais graves do sistema. O rácio médio no ensino primário situa-se entre 83 e 85 alunos por sala, muito acima dos padrões recomendados, resultado da insuficiência de salas convencionais e da existência de infraestruturas precárias. Esta situação compromete a qualidade do ensino, pois apesar da elevada taxa de conclusão do ensino primário (98,4%), os níveis de aprendizagem no 1.º ciclo são extremamente baixos, evidenciando défices graves em leitura, escrita e cálculo que prejudicam a progressão e o sucesso escolar subsequente.

A situação agrava-se no ensino secundário, onde se observa uma quebra acentuada nas taxas de conclusão: 55,1% no ES1 e 43,2% no ES2. Este padrão reflecte a insuficiência de salas de aula, a escassez de professores qualificados e os custos indirectos associados à frequência escolar. Conforme mostram os dados dos indicadores da Meta 4.c, apenas 64,9% dos docentes do ensino primário possuem a formação mínima exigida, percentagem que cai drasticamente para 25,9% no ES1 e 9,1% no ES2, facto que contribui para a sobrecarga do corpo docente, a multiplicação de turnos e a degradação da qualidade do ensino.

A avaliação da Meta 4.3 é fortemente limitada pela ausência de dados ao nível distrital sobre o ensino técnico-profissional e o ensino superior. Esta lacuna resulta de constrangimentos institucionais e da fraca integração de dados entre os níveis distrital, provincial e nacional. A inexistência de informação compromete a monitoria efectiva da transição dos jovens para o ensino pós-secundário e limita o planificação de políticas orientadas para a empregabilidade e o desenvolvimento de competências técnicas a nível local.

Em síntese, o Distrito de Manica apresenta progressos significativos no acesso e conclusão do ensino primário, bem como melhorias pontuais em infraestruturas básicas como água e saneamento. Contudo, persistem desafios estruturais profundos que comprometem o alcance do ODS 4, nomeadamente: fraca

qualidade das aprendizagens, sobrelotação das salas de aula, défice de professores qualificados, baixa inclusão de alunos com NEE, reduzida digitalização das escolas e lacunas críticas em WASH.

Nesse sentido, o cumprimento das metas até 2030 exige investimentos estruturantes e integrados, com prioridade para a construção de salas de aula, expansão da electrificação e conectividade escolar, reforço da formação inicial e contínua de professores, melhoria da supervisão pedagógica e desenvolvimento de sistemas de informação que integrem todos os níveis de ensino. Sem estas medidas, o progresso registado no acesso corre o risco de não se traduzir em aprendizagem efectiva, equidade e oportunidades reais ao longo da vida.

ODS 5: Igualdade de género

O ODS 5 visa alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas, promovendo a eliminação de discriminações, o acesso equitativo a recursos, a participação nos processos de decisão e a garantia de direitos sociais, económicos e reprodutivos. No Distrito e Município de Manica, este objectivo assume particular relevância devido à composição demográfica, ao papel central das mulheres na economia agrícola e à persistência de desigualdades estruturais de natureza social, económica e institucional. A implementação do ODS 5 envolve de forma transversal o SDSMAS, os sectores da educação, saúde, agricultura, as estruturas comunitárias e o Município, exigindo coordenação intersectorial e integração efectiva da perspectiva de género na planificação local.

No quadro político, destaca-se a Política de Género e Estratégia da sua Implementação, bem como por instrumentos sectoriais que promovem o acesso equitativo a serviços e recursos produtivos. Ao nível local, os instrumentos de planificação distrital e municipal reconhecem a importância da inclusão das mulheres nos processos económicos e sociais, com destaque para programas de alfabetização de adultos, participação de mulheres em actividades produtivas e incorporação do género nos processos de planificação participativa. Contudo, os relatórios do PESOD e sectoriais evidenciam lacunas persistentes na operacionalização desta abordagem, particularmente na disponibilidade de dados desagregados por género, limitando a monitoria efectiva do progresso.

Do ponto de vista demográfico, o distrito conta com 146 915 mulheres, representando cerca de 50,4% da população total. A análise dos indicadores do Objectivo 5 evidencia que o Distrito e Município de Manica registam avanços pontuais na representação política feminina e no reconhecimento institucional da igualdade de género, mas continuam a enfrentar desafios estruturais profundos relacionados com a violência baseada no género, o acesso desigual a recursos económicos e a limitada presença das mulheres em posições de liderança e controlo de activos produtivos.

Os indicadores associados à Meta 5.2 revelam a persistência da violência baseada no género como um problema relevante no território. De acordo com os registos do SDSMAS, 18% das mulheres e raparigas dos 15 aos 49 anos que já tiveram relacionamentos reportaram ter sido sujeitas a violência física, sexual ou psicológica por parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses. De salientar que este dado reflecte apenas casos declarados e atendidos pelos serviços formais, sendo provável que a incidência real seja substancialmente superior devido à subnotificação associada a estigma social, medo de retaliação e fraca confiança nos mecanismos institucionais.

Tabela 10: Quadro de indicadores do ODS 5

Objectivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e raparigas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos			
5.2.1 Percentagem de mulheres e raparigas de (15 a 49 anos de idade) que já tiveram relacionamentos, sujeitas a a) violência física, b) sexual ou psicológica por um parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade	18%	Relatorio do SDSMS	Percentagem estimada com base nos registos de casos reportados nos serviços de saúde e de acção social no distrito, reflectindo apenas situações declaradas e atendidas institucionalmente.
5.2.1_NM_2 Número de crianças vítimas de uniões prematuras retornadas às famílias próprias ou colocadas em protecção alternativa	7	Relatorio do SDSMS	Casos identificados e acompanhados pelos serviços distritais de saúde e acção social, com reintegração familiar ou encaminhamento para mecanismos alternativos de protecção.
5.2.1_NM_3 Número de casos de violência assistidos	18	Relatorio do SDSMS	Inclui casos de violência doméstica, física e psicológica assistidos pelos serviços formais; o número pode subestimar a incidência real devido à subnotificação.
Meta 5.5 Garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública			
5.5.1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres a) na Assembleia da República e b) nos Governos locais (Assembleias municipais)	33%	CMCM	Representação feminina na Assembleia Municipal da Cidade de Manica, alinhada com as tendências nacionais de inclusão progressiva das mulheres na governação local.
5.5.1_NM_1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres nas Assembleias municipais	33%	CMCM	Confirmação do indicador principal ao nível municipal, sem variação face ao valor agregado.
5.5.2 Percentagem de mulheres em cargos de gestão (chefia)	26,4%	Secretaria Distrital	Refere-se a cargos de direcção e chefia na administração pública local; evidencia persistência de assimetrias de género nos níveis decisórios.
5.5.2_NM_1 Percentagem de mulheres em cargos de direcção e chefia	26,4%	Secretaria Distrital	Valor consistente com o indicador agregado, reflectindo limitações estruturais no acesso das mulheres a posições de liderança.
Meta 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais			
5.a.MZ_1 (a) Número de DUATs, (b) área total de DUATs emitidos com finalidade de agricultura e pecuária; e (c) Percentagem das mulheres com DUATs para singulares com finalidade de agricultura e pecuária	a) 15 C) 3%	SDAE	Do total de DUATs emitidos para fins produtivos no distrito, apenas 3% pertencem a mulheres, evidenciando desigualdade no acesso à terra.
5.a.MZ_1_NM_1 Percentagem das mulheres com DUATs singulares com finalidade de agricultura e pecuária	20%	SDAE	DUATs singulares registados a favor de mulheres, incluindo processos de regularização em curso.
5.a.MZ_1_NM_2 Número de mulheres capacitadas em materias de empreendedorismo	14	SDEJT-Manica	Mulheres abrangidas por acções de capacitação em empreendedorismo económico e geração de rendimento.
5.a.MZ_1_NM_3 Número de kits de auto-emprego entregues às mulheres capacitadas	2	SDEJT-Manica	Apoios materiais concedidos a mulheres capacitadas, ainda em escala limitada face à procura existente no distrito.

No mesmo período, foram identificados 7 casos de crianças vítimas de uniões prematuras, que foram reintegradas nas famílias ou encaminhadas para mecanismos alternativos de protecção, evidenciando a persistência de práticas nocivas, sobretudo em contextos rurais. Adicionalmente, foram assistidos 18 casos de violência doméstica, física e psicológica, o que, de certa forma aponta para a capacidade existente de detecção precoce e resposta a estes casos.

No domínio da participação política e da liderança, os indicadores revelam progressos moderados, mas ainda insuficientes para assegurar igualdade substantiva. As mulheres ocupam 33% dos assentos na Assembleia Municipal da Cidade de Manica, valor alinhado com as tendências nacionais de promoção da inclusão feminina na governação local. Este nível de representação constitui um avanço relevante no plano político-electivo, contudo, quando analisada a participação feminina na administração pública local, observa-se uma redução significativa da presença das mulheres nos cargos de direcção e chefia, onde apenas 26,4% das posições são ocupadas por mulheres.

Esta discrepância evidencia a existência de barreiras estruturais no acesso das mulheres aos níveis superiores de decisão, incluindo factores institucionais, normas socioculturais e desigualdades acumuladas em trajectórias educativas e profissionais. Os dados indicam, assim, que os avanços na representação política não se traduzem automaticamente em igualdade no exercício do poder

administrativo e na gestão dos recursos públicos. As mulheres continuam sobrecarregadas pelo trabalho doméstico e pela responsabilidade quase exclusiva da recolha de água e cuidados familiares, factores que reduzem a sua disponibilidade para educação, participação económica e envolvimento político.

As consultas comunitárias realizadas com mulheres no território local de Manica que as mulheres raramente participam activamente na definição de prioridades comunitárias, sobretudo em matérias como uso da terra, água, agricultura e projectos de desenvolvimento, o que limita a sua capacidade de influenciar decisões estratégicas. A violência baseada no género constitui outra preocupação central com relatos que, apesar de existirem mecanismos informais de denúncia, persistem receios de retaliação e baixa confiança na resposta institucional. Nesse ponto, há que salientar que o SDSMAS e as organizações locais têm desempenhado um papel importante na sensibilização comunitária, embora os serviços de apoio psicossocial e legal permaneçam insuficientes no distrito.

Do ponto de vista institucional, a implementação do ODS 5 em Manica é condicionada por limitações de coordenação intersectorial, financiamento e produção de dados desagregados por sexo. A transversalização do género nos planos distritais e municipais permanece incipiente, e a dependência de intervenções pontuais apoiadas por parceiros externos reduz a sustentabilidade das acções. Ainda assim, registam-se esforços relevantes, como a expansão dos serviços de saúde reprodutiva, acções de formação em direitos e igualdade de género, fortalecimento de agentes polivalentes de saúde em comunidades remotas, iniciativas de poupança comunitária e actividades de capacitação sobre os ODS.

Portanto, apesar do reconhecimento formal da importância da abordagem de género e inclusão social, da melhoria gradual da representação política das mulheres e da existência de mecanismos de resposta à violência baseada no género, persistem desafios estruturais profundos relacionados com normas socioculturais, acesso desigual a recursos produtivos, fraca presença das mulheres em cargos de decisão administrativa e limitações na prestação de serviços de apoio no território local de Manica. A insuficiente transversalização da perspectiva de género na planificação local, aliada à escassez de dados desagregados e à dependência de intervenções pontuais, compromete a monitoria e a eficácia das políticas. Assim, o alcance pleno do ODS 5 em Manica exige o reforço da coordenação intersectorial, investimentos consistentes e sustentáveis, fortalecimento dos sistemas de protecção e promoção da participação activa das mulheres nos processos de decisão, como condição essencial para um desenvolvimento mais inclusivo.

ODS 6: Água Potável e Saneamento

O ODS 6 visa assegurar o acesso universal e sustentável à água potável, saneamento e higiene, constituindo um pilar fundamental para a saúde pública, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável. No Distrito e Município de Manica, a implementação deste ODS é liderada pelo Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), em articulação com o SDSMAS, o sector da educação, o Conselho Municipal e os comités comunitários de gestão de água. A nível nacional, o enquadramento é assegurado pela Política Nacional de Água e pelos programas de abastecimento rural e urbano, cujas prioridades são integradas nos planos distritais e municipais.

Dados do INE (2025) indicam que a taxa de cobertura de água no distrito de Manica evoluiu de 67,4% para 71,4% em 2024. Dados administrativos mais actuais, conforme a tabela de indicadores, indicam que a

cobertura atingiu 95% em 2025 no território local de Manica, com resultados mais favoráveis na Cidade de Manica, onde a cobertura estimada ronda 85%, e uma percentagem inferior (67,4%) nas áreas rurais. Estes avanços reflectem investimentos na construção e reabilitação de fontes de água ao longo dos últimos anos. Contudo, subsistem fortes disparidades territoriais, sobretudo nas zonas rurais e periféricas, incluindo Mavonde, localidades de Messica, áreas dispersas de Machipanda e comunidades remotas, onde o acesso permanece limitado e irregular.

Tabela 11: Quadro de indicadores do ODS 6

Objectivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.			
6.1.1 Percentagem da população que usa fonte de água segura, por área de residencia (Urbano/ Rural/TOTAL)	95%	SDPI e C.M.C.M	Valor agregado para o território. A cobertura é desigual: 67,4% em áreas rurais e 85% em áreas urbanas, evidenciando assimetrias no acesso entre o distrito e o município.
6.1.1_NM_2 Números de sistemas de água construídos/melhorados (Urbano/ Rural/TOTAL)	1	SDPI	Construído 1 sistema de abastecimento de água na localidade de Chitunga, actualmente na fase de acabamento, ainda sem impacto pleno na cobertura.
6.1.1_NM_3 Número de fontanários públicos construídos/reparados (Urbano/ Rural/TOTAL)	31	SDPI e C.M.C.M	Todas as fontenárias reportados correspondem a reabilitações de infra-estruturas existentes, sem construção de novos pontos.
6.1.1_NM_4 Número de furos de água manuais ou sistemáticos (Urbano/ Rural/TOTAL)	424	SDPI e C.M.C.M	Inclui 396 bombas manuais e 28 sistemas de abastecimento, dos quais 6 localizados em áreas urbanas.
6.1.1_NM_5 Número de famílias beneficiadas em tratamento de água com cloro (Urbano/Rural/TOTAL)	0	SDPI e C.M.C.M	Não foram reportadas intervenções de tratamento domiciliar da água com cloro no período em análise.
Meta 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e raparigas e daqueles em situação de vulnerabilidade			
6.2.1 Percentagem da população que usa serviços de saneamento adequados, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão, por área de residencia (Urbano/Rural/TOTAL)	85%	SDPI e C.M.C.M	A maior parte da população do município e do distrito dispõe de algum tipo de saneamento, embora persistam desafios de qualidade e adequação em zonas periféricas.
6.2.1_NM_1 Percentagem da população com acesso ao saneamento seguro (Urbano/Rural/TOTAL)	85%	SDPI e C.M.C.M	O indicador confirma a ampla cobertura reportada, ainda que sem diferenciação clara entre níveis de segurança sanitária.
6.2.1_NM_2 Número de agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas (Urbano/Rural/TOTAL)	58272	SDPI e C.M.C.M	Refere-se ao total de agregados familiares com latrinas consideradas melhoradas no município e no distrito.
6.2.1_NM_3 Número de sanitários públicos construídos/ melhorados (Urbano/Rural/TOTAL)	13	C.M.C.M	Sanitários localizados exclusivamente nas sedes dos Postos Administrativos de Messica, Machipanda e na Cidade de Manica, indicando cobertura territorial limitada.
Meta 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura de forma global			
6.3.MZ_1 Percentagem de águas residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	100%	C.M.C.M	No Município de Manica, as águas provenientes de poços urbanos são sujeitas a algum tipo de tratamento, segundo os registos municipais.
6.3.MZ_1_NM_1 Número de fontes de água residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	13	C.M.C.M e Governo Distrital	Localizadas na Cidade de Manica e nas sedes dos Postos Administrativos de Messica e Machipanda.
6.3.MZ_1_NM_2 Número de esgotos construídos e reabilitados para prevencao de risco de contaminação de agua.(URBANO)	0	C.M.C.M e Governo Distrital	O território não dispõe de sistemas formais de esgotos, representando um risco potencial para a qualidade da água.
6.3.MZ_1_NM_3 Km de drenagem construídas e reabilitadas para prevenção de risco de contaminação (URBANO)	400	C.M.C.M	Infra-estruturas de drenagem destinadas à prevenção de riscos de contaminação hídrica em áreas urbanas.
Meta 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento			
6.b.1 Percentagem de municípios com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	100%	CMCM Govrno Distrital	Após a construção de cada fonte de água é constituído um comité local de gestão, envolvendo a comunidade na operação e manutenção.
6.b.1_NM_1 Número de comités locais para gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	424	CMCM e SDPI	Existe um comité por cada fonte de água, o que demonstra forte institucionalização da gestão comunitária ao nível local.

Em termos de infraestruturas, foi reportada a construção ou melhoria de apenas um sistema de abastecimento de água, localizado em Chitunga, que se encontrava ainda em fase de acabamento no período em análise, sem impacto pleno na cobertura global. Foram igualmente registadas 31 intervenções em fontanários públicos, todas correspondendo à reabilitação de infraestruturas existentes, sem

construção de novos pontos de abastecimento, o que indica uma estratégia mais orientada para manutenção correctiva, e não para expansão da rede.

Do ponto de vista institucional, os desafios do ODS 6 no território local de Manica estão fortemente associados à sustentabilidade da gestão das infraestruturas. O SDPI identifica limitações orçamentais, insuficiência de técnicos qualificados e inexistência de um plano distrital estruturado de manutenção preventiva, resultando numa abordagem predominantemente reactiva à reparação de avarias. A maioria das infraestruturas de água é financiada por projectos externos ou doações pontuais, frequentemente sem mecanismos claros de tarifação, custeio e reposição de equipamentos, o que compromete a sustentabilidade a médio e longo prazo.

O distrito contabiliza 424 furos de água manuais ou sistemáticos, incluindo 396 bombas manuais e 28 sistemas de abastecimento, dos quais apenas 6 se localizam em áreas urbanas. Este padrão confirma a forte dependência das soluções manuais e comunitárias, sobretudo nas zonas rurais. Importa ainda destacar que não foram reportadas intervenções de tratamento domiciliar da água com cloro, o que constitui uma lacuna relevante no reforço da segurança sanitária da água consumida pelas famílias, especialmente em contextos de risco de contaminação.

A qualidade da água emerge como um desafio central e crescente. A actividade mineira artesanal e semi-industrial, particularmente a extracção de ouro, tem impactos ambientais significativos, incluindo desflorestação, erosão, assoreamento de cursos de água, destruição de nascentes e contaminação por mercúrio utilizado no processo de amálgamação. A lavagem e o bateamento do minério directamente nos rios aumentam a turbidez e degradam a qualidade da água utilizada pelas comunidades locais

Figura 1: Mineração artesanal para obtenção do ouro nas águas do rio



Os participantes nos grupos focais relataram um aumento de doenças intestinais e dificuldades crescentes no abastecimento doméstico, associadas à poluição das águas e à redução dos caudais. A monitoria sistemática da qualidade microbiológica e química da água é limitada, o que reduz a capacidade de resposta preventiva e correctiva por parte das autoridades locais.

Relativamente ao saneamento, os indicadores apontam para uma cobertura estimada de 85% da população com acesso a algum tipo de serviço de saneamento, incluindo instalações básicas de lavagem

das mãos com água e sabão. O número de 58 272 agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas representa um avanço importante em termos de infraestrutura básica. No que concerne aos sanitários públicos, estas ainda apresentam uma cobertura territorial restrita e impacto limitado nas comunidades rurais mais dispersas, com uma cobertura de apenas 13 sanitários públicos construídos ou melhorados e que se encontram concentrados exclusivamente nas sedes dos Postos Administrativos de Messica, Machipanda e na Cidade de Manica.

A inexistência de redes formais de esgotos representa um risco estrutural para a qualidade da água, sobretudo em áreas urbanas e periurbanas em expansão. Como medida mitigadora, foram reportados 400 km de infraestruturas de drenagem construídas ou reabilitadas, destinadas à prevenção de riscos de contaminação hídrica. Apesar de relevantes, estas intervenções não substituem sistemas integrados de saneamento e tratamento de águas residuais, limitando a sustentabilidade ambiental.

No que respeita à governação e participação comunitária, os indicadores revelam um desempenho institucionalmente positivo. Foram constituídos 424 comités locais de gestão de água e saneamento, correspondendo a um comité por cada fonte de água existente, o que demonstra um elevado grau de institucionalização da gestão comunitária. Esta estrutura constitui um activo importante para a sustentabilidade dos sistemas, embora a sua eficácia dependa da capacitação contínua, do acesso a recursos para manutenção e da articulação efectiva com as autoridades distritais e municipais.

Em geral, os dados do QNI indicam que o Distrito e Município de Manica registaram avanços significativos na cobertura formal de água e saneamento, bem como um forte envolvimento comunitário na gestão dos sistemas. Contudo, persistem desigualdades territoriais marcadas, sobretudo entre áreas urbanas e rurais, limitações na expansão de novas infraestruturas, ausência de intervenções sistemáticas de tratamento domiciliar da água, lacunas estruturais nos sistemas de esgotos e restrições na qualidade e segurança do saneamento. Desse modo, o alcance pleno do ODS 6 em Manica exigirá a redução das assimetrias rural-urbanas, a expansão efectiva da infraestrutura de abastecimento, o reforço do tratamento e monitoria da qualidade da água, investimentos estruturantes em saneamento seguro e a consolidação dos mecanismos comunitários com apoio técnico e financeiro sustentável, assegurando benefícios duradouros para os grupos mais vulneráveis.

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11 tem como objectivo tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Este objectivo é sustentado por políticas nacionais de ordenamento territorial, urbanização e gestão do solo, que visam promover cidades inclusivas, seguras e resilientes. Estes instrumentos reconhecem os desafios da urbanização acelerada, da informalidade e da pressão sobre infraestruturas e serviços urbanos. No contexto de Manica, a sua implementação é da responsabilidade directa do Conselho Municipal da Cidade de Manica (CMCM), em articulação com o Governo Distrital, o SDPI e outros sectores relevantes, no quadro das políticas nacionais de ordenamento territorial, urbanização e gestão do solo.

No território local de Manica, este ODS assume relevância estratégica, uma vez que a sede distrital, a Cidade e Município de Manica, funciona como principal centro urbano, concentrando serviços essenciais.

A Cidade e Município de Manica assumem um papel estratégico no território, concentrando mais de 30% da população distrital, bem como serviços administrativos, comércio, infraestruturas e actividades económicas ligadas ao eixo transfronteiriço Manica–Machipanda–Zimbabwe (INE, 2025). Contudo, este crescimento urbano tem ocorrido de forma predominantemente espontânea e informal, exercendo forte pressão sobre habitação, infraestruturas, serviços urbanos e capacidade institucional de planificação.

A análise dos indicadores do ODS 11 evidencia que os principais constrangimentos à sustentabilidade urbana em Manica estão associados à mobilidade urbana, à capacidade limitada de planeamento e monitoria da expansão urbana, à baixa priorização do património cultural e natural e a fragilidades persistentes na gestão ambiental urbana, apesar de avanços formais no domínio da redução do risco de desastres, conforme a tabela abaixo.

Tabela 12: Quadro de indicadores do ODS 11

Objectivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoa idosa			
11.2.1 URBANO - Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0%	CMCM	O Município da Cidade de Manica não dispõe de transporte público formal ou especializado para pessoas com deficiência; o transporte de pessoas é assegurado predominantemente por operadores privados informais, maioritariamente de caixa aberta.
11.2.1_NM_2 - URBANO Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	CMCM	Inexistência de viaturas públicas adaptadas; o município recorre exclusivamente a transportes privados para a mobilidade urbana.
11.2.1 - RURAL Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0%	Governo Distrital	O distrito não possui sistema de transporte público rural estruturado, dependendo igualmente de transporte privado informal.
11.2.1_NM_2 RURAL Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	Governo Distrital	Inexistência total de transporte público adaptado nas zonas rurais do distrito.
Meta 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para a planificação e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países			
11.3.1 Rácio da taxa de utilização de terra e de crescimento da população URBANO	0	C.M.C.M	O indicador não se encontra operacionalizado, reflectindo limitações na medição sistemática da dinâmica urbano-demográfica.
11.3.1_NM_1 Taxa de ocupação da terra URBANO	10.00/1m^2	C.M.C.M	Indicador administrativo utilizado pelo município para efeitos de controlo do uso e ocupação do solo urbano.
Meta 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo			
11.4.1 Despesa total per capita gasta na preservação, protecção e conservação de todo o património cultural e natural, por tipo de património, nível de governo, tipo de despesa e tipo de financiamento privado	0 MT	C.M.C.M	Não foram alocados recursos financeiros específicos para a preservação do património cultural e natural no período em análise.
11.4.1_NM_1 Percentagem do orçamento alocado para acções de preservação do património cultural	0%	C.M.C.M	A inexistência de dotação orçamental evidencia a baixa priorização do património cultural e natural na agenda municipal.
Meta 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adoptando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres em todos os níveis			
11.b.2 Percentagem de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres	100%	C. M.C.M e Governo do Distrito	Tanto o Município como o Governo Distrital de Manica dispõem de instrumentos e acções orientadas para a prevenção e mitigação de desastres naturais.
11.b.2_NM_1 RURAL Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	1	Governo do Distrito	O distrito dispõe de um plano aprovado; a baixa incidência de desastres severos tem reduzido a necessidade de deslocações populacionais.
11.b.2_NM_1 URBANO Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	1	C. M.C.M	O Município da Cidade de Manica possui plano de ordenamento territorial aprovado, constituindo um instrumento-chave de gestão urbana.
11.b.2_NM_2 URBANO Número de licencas emitidas para coleta e reciclagem de lixo	0	C. M.C.M	O município não emite licenças formais para recolha e reciclagem de resíduos sólidos, indicando fragilidades na gestão ambiental urbana.

Os dados revelam uma situação crítica no cumprimento da Meta 11.2, com ausência de um sistema de transporte público formal, conveniente e acessível, incluindo para PcD física. A inexistência total de transporte público adaptado evidencia uma exclusão estrutural de grupos vulneráveis. A mobilidade urbana e rural é assegurada quase exclusivamente por operadores privados informais, maioritariamente com viaturas de caixa aberta, o que levanta preocupações adicionais em matéria de segurança rodoviária, acessibilidade, dignidade do transporte e equidade social.

No domínio da urbanização inclusiva e sustentável, a análise do Indicador 11.3.1 é limitada pela inexistência de dados operacionais sobre a relação entre a taxa de utilização da terra e o crescimento populacional urbano, reflectindo fragilidades institucionais na produção e uso de informação territorial

sistemática. A ausência deste indicador impede uma avaliação quantitativa rigorosa da eficiência do uso do solo urbano e da pressão demográfica sobre o território. O município recorre a um indicador administrativo de taxa de ocupação da terra (10,00/1 m²) como instrumento de controlo do uso do solo urbano. Contudo, este mecanismo, embora útil para fins administrativos, não substitui uma análise integrada da dinâmica urbano-demográfica nem permite aferir se a expansão urbana ocorre de forma compacta, planeada e sustentável, conforme preconizado pela Meta 11.3.

A mobilidade urbana constitui outro desafio estrutural no território local de Manica, com apenas 65 km de estradas revestidas, concentradas quase exclusivamente na área urbana, face a 728 km de vias não revestidas, incluindo estradas secundárias, terciárias e vicinais (INE, 2025). A fraca qualidade da rede viária, associada à drenagem deficiente e manutenção irregular, afecta negativamente a circulação de pessoas e bens, encarece o transporte e limita o acesso a serviços públicos e oportunidades económicas.

Tabela 13: Redes de estradas classificadas

Descrição	Km	
	2023	2024
Estradas classificadas	**367**	**367**
Primárias	67	67
Secundárias	9	9
Terciárias	361	361
Vicinal	166	166
Tipo de Superfície de estradas		
Revestidas	65	65
Não revestidas	728	728

Fonte: INE (2025)

Paralelamente, o crescimento urbano tem sido marcado pela proliferação de bairros informais sem parcelamento adequado e pela ocupação desordenada de áreas de risco, fenómeno que se intensificou ao longo da última década. Embora se tenham registado melhorias pontuais na rede viária principal e na expansão dos serviços de água e electricidade na zona central da cidade, estes avanços não acompanharam o ritmo do crescimento populacional urbano e periurbano, resultando na consolidação de assentamentos informais nas periferias, nomeadamente em Messica, Machipanda e zonas de expansão informal da Cidade de Manica.

Os riscos ambientais são igualmente significativos. A erosão em encostas e ao longo da EN6, assim como a susceptibilidade a cheias nas zonas ribeirinhas, elevam a vulnerabilidade urbana. Indicadores estruturantes do POA 2025 do Município de Manica mostram esforços planeados – como a previsão de 10 meios de transporte público adaptados, a manutenção ou reabilitação de 727,75 km de vias, a existência de 46 zonas com planos de pormenor aprovados e a formação de 13 técnicos para resiliência a desastres –, mas tais iniciativas ainda não respondem plenamente ao ritmo de crescimento urbano e às necessidades acumuladas.

As infraestruturas urbanas permanecem insuficientes, especialmente nas vias secundárias, cuja degradação contínua compromete a mobilidade interna e a ligação entre zonas residenciais e serviços essenciais. A habitação informal, muitas vezes implantada em zonas de risco, aumenta a exposição a erosão, deslizamentos e cheias, além de elevar custos futuros de reordenamento e dificultar a instalação

de sistemas de água e saneamento. A gestão de resíduos sólidos é limitada, com recolha concentrada no centro urbano, enquanto os bairros periféricos recorrem a queimadas ou despejos informais, contribuindo para a proliferação de doenças, entupimento de valas e agravamento das cheias.

Em contraste com outros domínios, a Meta 11.b apresenta resultados relativamente positivos. Tanto o Município como o Governo Distrital de Manica adoptaram e implementam estratégias locais de redução do risco de desastres, correspondendo a uma cobertura de 100% dos governos locais. A existência de planos de ordenamento territorial aprovados e implementados, tanto em contexto urbano como rural, constitui um avanço relevante para a gestão preventiva de riscos. Contudo, estes progressos formais coexistem com fragilidades operacionais, tais como a inexistência de licenças emitidas para a recolha e reciclagem de resíduos sólidos no meio urbano evidencia lacunas na gestão ambiental e na implementação efectiva de políticas de economia circular, comprometendo a resiliência urbana e a mitigação de riscos ambientais associados à má gestão de resíduos.

Em geral, a implementação do ODS 11 no território local de Manica evidencia avanços institucionais importantes, sobretudo na adopção de instrumentos de ordenamento territorial e de estratégias locais de redução do risco de desastres, mas permanece fortemente condicionada por desafios estruturais associados ao crescimento urbano acelerado e predominantemente informal. A ausência de um sistema de transporte público inclusivo, as limitações na planificação e monitoria da expansão urbana, a precariedade das infraestruturas viárias e de saneamento, bem como as fragilidades na gestão ambiental e de resíduos sólidos, comprometem a sustentabilidade, a segurança e a inclusão urbana. Estas constatações reforçam a necessidade de fortalecer a capacidade institucional do Município, integrar o planeamento físico com a mobilidade, saneamento e gestão ambiental, investimento contínuo em infraestruturas urbanas inclusivas, melhoria da mobilidade e dos serviços básicos, bem como uma abordagem integrada que articule ordenamento do território, gestão ambiental e resiliência climática, garantindo cidades e comunidades verdadeiramente sustentáveis e inclusivas.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A RLV do Distrito e Município de Manica constitui um exercício estratégico de localização da Agenda 2030, permitindo avaliar, com base em evidências empíricas, o grau de progresso, os constrangimentos estruturais e as oportunidades existentes para a implementação dos ODS num território marcado por forte heterogeneidade socioeconómica, urbana e rural. Os resultados deste exercício evidenciam progressos relevantes em termos de expansão de cobertura de serviços básicos, particularmente em educação primária, acesso à água melhorada, cuidados de saúde materno-infantis e institucionalização de mecanismos de gestão comunitária. Contudo, estes avanços coexistem com desafios estruturais persistentes, nomeadamente a qualidade e funcionalidade dos serviços, desigualdades territoriais acentuadas, urbanização informal acelerada, fragilidades na protecção social, desigualdades de género e limitações institucionais e financeiras ao nível local.

A análise por ODS confirma que o acesso formal não equivale necessariamente ao acesso efectivo, sendo frequentes situações em que a cobertura estatística mascara problemas de continuidade, qualidade, manutenção ou adequação dos serviços às necessidades específicas de grupos vulneráveis. Mulheres, raparigas, jovens, PcD, comunidades rurais remotas e residentes de bairros informais continuam a enfrentar barreiras no acesso a serviços, oportunidades económicas e espaços de participação.

Em primeiro lugar, emerge de forma clara que a **capacidade do distrito para avançar nos ODS** está directamente relacionada com o fortalecimento das instituições locais. A articulação entre sectores permanece irregular, com assimetrias na disponibilidade e qualidade dos dados administrativos, divergências metodológicas entre fontes e fragilidades no planeamento e monitoria. A experiência da RLV demonstra que a governação local, quando apoiada por mecanismos consistentes de coordenação, pode desempenhar um papel decisivo na consolidação de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e alinhadas com a Agenda 2030. O processo mostrou igualmente que a ausência de dados desagregados – por sexo, idade, localidade ou condição socioeconómica –continua a ser um obstáculo central para avaliações rigorosas e para o desenho de intervenções sensíveis às desigualdades.

Em segundo lugar, a **dimensão social dos ODS** revela tanto progressos significativos como desafios persistentes. Na educação, a expansão de infraestruturas e o aumento das matrículas evidenciam compromisso institucional; contudo, problemas de qualidade, retenção escolar no ensino secundário e desigualdades de género continuam a limitar a concretização plena dos objectivos. No sector da saúde, o distrito apresenta resultados promissores em indicadores como partos institucionais e vacinação, mas enfrenta limitações relacionadas com recursos humanos, acesso geográfico e pressão sobre os serviços.

Em terceiro lugar, o **sector económico** mostra que a sustentabilidade dos meios de subsistência continua largamente dependente da agricultura familiar, fortemente vulnerável a choques climáticos, pragas, degradação dos solos e falta de insumos adequados. A baixa diversificação produtiva, o limitado acesso a crédito e tecnologia e a ausência de programas de apoio direccionados às mulheres e jovens reduzem o potencial do distrito para gerar rendimento, criar emprego e diminuir a pobreza rural. O processo de RLV reforçou a necessidade de adoptar soluções tecnológicas apropriadas, melhorar o acesso à terra e promover cadeias de valor inclusivas para aumentar a resiliência económica da população.

A **igualdade de género** – componente transversal da Agenda 2030 – constitui uma área onde os avanços são notórios, mas insuficientes. Embora se observe a presença crescente em alguns sectores sociais, persistem desigualdades marcantes no acesso a recursos produtivos, na tomada de decisão, na segurança económica e na protecção contra a violência baseada no género. A falta de serviços especializados, de dados sistemáticos e de mecanismos de coordenação continua a limitar progressos mais consistentes.

Outra lição relevante prende-se com a importância dos processos participativos. A realização da RLV mostrou que comunidades, líderes locais, e organizações da sociedade civil possuem conhecimento profundo sobre as vulnerabilidades e potencialidades do território, constituindo parceiros indispensáveis para a planificação e avaliação de políticas. A apropriação local da Agenda 2030 depende, portanto, da consolidação de espaços permanentes de consulta, diálogo e prestação de contas.

Paralelamente, o exercício da RLV revelou lacunas importantes nos sistemas de informação, com dados incompletos, pouco desagregados e, em alguns domínios, inexistentes, limitando a capacidade de monitoria rigorosa dos ODS e a formulação de políticas públicas baseadas em evidência. Esta limitação reforça a necessidade de encarar a RLV não apenas como um exercício de reporte, mas como um instrumento estruturante de governação local, planeamento e aprendizagem institucional.

Do ponto de vista do processo, a RLV de Manica demonstrou elevado potencial enquanto plataforma de coordenação intersectorial, diálogo institucional e participação local, aproximando sectores governamentais, autoridades municipais e distritais, sociedade civil e comunidades. Simultaneamente, evidenciou a importância de articulação vertical entre níveis local, provincial e nacional, de modo a garantir coerência entre prioridades territoriais, políticas sectoriais e compromissos internacionais assumidos por Moçambique.

Em síntese, o território local de Manica revela progressos concretos na implementação da Agenda 2030, mas enfrenta desafios persistentes que exigem maior coordenação institucional, reforço de capacidades, melhoria dos sistemas de dados, expansão dos serviços básicos e promoção activa da inclusão social e económica. O processo de RLV permitiu identificar caminhos claros para acelerar o cumprimento dos ODS e demonstrou que, com apoio adequado, o território possui condições para avançar de forma mais robusta, equitativa e sustentável rumo ao desenvolvimento integrado e inclusivo.

Com base nestas constatações, são propostas as seguintes **recomendações estratégicas para acelerar a implementação dos ODS em Manica**:

- Acelerar a universalização e melhoria da qualidade dos serviços sociais básicos, , com especial atenção às zonas rurais e periurbanas, reforçando infraestruturas, recursos humanos e logística nos sectores da saúde e educação;
- Promover a resiliência económica e a redução da pobreza, através da diversificação produtiva, fortalecimento das cadeias de valor locais, inclusão económica de jovens e mulheres e articulação efectiva com os programas nacionais de protecção social;
- Consolidar a igualdade de género e a inclusão social local, assegurando maior acesso das mulheres a terra, financiamento e oportunidades económicas, reforçando a prevenção e resposta à violência baseada no género e melhorando a produção de dados desagregados;

- Expandir o acesso fiável à água, saneamento e higiene, priorizando a funcionalidade das infraestruturas, a manutenção comunitária, a monitoria da qualidade da água e a expansão progressiva de soluções de saneamento seguro;
- Investir de forma prioritária em infraestruturas básicas e resilientes ao clima, especialmente nas zonas mais remotas, integrando a adaptação climática nos programas distritais e promovendo o uso de tecnologias verdes como a irrigação solar e a energia descentralizada;
- Reforçar a planificação urbana e a resiliência das comunidades, promovendo a regularização da terra, a melhoria da mobilidade, a gestão sustentável de resíduos sólidos e a prevenção da ocupação de áreas de risco;
- Reforçar a coordenação institucional e a governação territorial, institucionalizando mecanismos intersectoriais permanentes para a monitoria dos ODS ao nível distrital e municipal.
- Fortalecer as capacidades dos governos distrital e municipal em planificação, recolha e análise de dados, através de parcerias com universidades e centros de pesquisa, articulação técnica contínua com órgãos do Governo Central e apoio de organizações internacionais, combinando formação contínua em ODS, estatística aplicada, monitoria e intercâmbio de boas práticas.
- Melhorar a disponibilidade, qualidade e desagregação dos dados, através da modernização dos registos administrativos, harmonização metodológica e criação de uma plataforma integrada de dados dos ODS, em articulação com o INE e o MPD;
- Expandir e institucionalizar mecanismos participativos, garantindo a participação efectiva das comunidades, juventude, mulheres e sociedade civil na planificação, implementação e avaliação das políticas públicas;
- Mobilizar recursos e fortalecer parcerias para os ODS, utilizando a RLV como instrumento de advocacia para atrair investimentos públicos e privados alinhados às prioridades locais;
- Integrar a Agenda 2030 no sistema nacional de planificação e na governação multinível, reforçando a articulação entre RLVs distritais e municipais, revisões provinciais e o VNR, assegurando coerência vertical, aprendizagem mútua e utilização efectiva dos dados para a melhoria da prestação de serviços e dos resultados de desenvolvimento ao nível comunitário.

ANEXOS

- Matriz de dados sobre indicadores dos ODS